



# Manual para Participação em Assembleias de Acionistas

## LIGHT S.A.

### Assembleia Geral Extraordinária 12.12.2016



## Índice

1. Mensagem da Companhia .....	2
2. Orientações para Participação na Assembleia.....	3
2.1 Acionista Presente.....	4
(i) Acionistas Pessoas Físicas: .....	4
(ii) Acionistas Pessoas Jurídicas: .....	4
(iii) Fundos de Investimentos: .....	5
2.2 Acionista Representado por Procurador .....	5
3. Edital de Convocação .....	7
4. Proposta da Administração .....	8
4.1 Matérias Constantes da Ordem do Dia .....	8
I - Reapresentação das Demonstrações Financeiras da Companhia referente ao exercício do ano de 2015; .....	8
5. Esclarecimentos Adicionais .....	9



## **1. Mensagem da Companhia**

**Prezados Acionistas,**

A Light S.A. é uma holding que detém investimentos no setor de energia, atuando nas áreas de geração, comercialização, distribuição e serviços de energia elétrica, liderando um sistema de 10 subsidiárias e mais o Instituto LIGHT.

As ações ordinárias escriturais da Companhia estão listadas no Novo Mercado da Bolsa de Valores, Mercadorias & Futuros de São Paulo (BM&FBOVESPA) desde julho de 2005, quando a empresa passou a aderir aos padrões de governança corporativa e suas ações também passaram a ser negociadas no mercado de balcão americano através de American Depositary Receipt (ADR).

Reforçando o nosso comprometimento com a política de boa governança corporativa, apresentamos o nosso Manual de informações sobre a Assembleia Extraordinária com a finalidade de proporcionar aos acionistas da Companhia, um melhor entendimento sobre as matérias colocadas em pauta para deliberação.

Contamos com a presença de V.Sa em nossos eventos e, que este manual seja de grande utilidade na elucidação das matérias a serem submetidas nas Assembleias.

**Cordialmente,**

**Ana Marta Horta Veloso**

**Diretora de Desenvolvimento de Negócios e Relações com Investidores  
(interina)**



## 2. Orientações para Participação na Assembleia

Os acionistas da Light S.A. (“Light” ou “Companhia”) poderão participar da Assembleia Geral (“Assembleia”) pessoalmente, ou por procurador devidamente constituído.

Com o objetivo de agilizar o processo de realização da Assembleia, é solicitado aos acionistas, na forma do Artigo 21, parágrafo 1º do Estatuto Social da Companhia, depositar os comprovantes de suas ações escriturais, expedidos pela Instituição Financeira Depositária, Banco Bradesco S.A., conforme procedimento abaixo:

**Prazo depósito de comprovante das ações:** 72 (setenta e duas) horas de antecedência do dia da Assembleia.

**Local:** Av. Marechal Floriano, nº 168, Bloco 1 - 1º Andar - Corredor D - Centro - Rio de Janeiro – RJ (Gerência de Relações com Investidores).

Pede-se aos acionistas ou procuradores a gentileza de chegarem com antecedência à Assembleia de forma que possam ser conferidos os documentos necessários à sua participação, conforme descritos a seguir.

Nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 165/91, com as alterações introduzidas pela Instrução CVM nº 282/98, o percentual mínimo de participação no capital votante da Companhia necessário para requerer a adoção do processo de voto múltiplo na eleição dos membros do Conselho de Administração é de 5% (cinco por cento), devendo essa faculdade ser exercida pelos Acionistas em até 48 (quarenta e oito) horas antes das assembleias, nos termos do parágrafo 1º do artigo 141 da Lei nº 6.404/76.

É facultado a qualquer Acionista constituir procurador para comparecer à AGOE e votar em seu nome. Na hipótese de representação, o Acionista deverá observar os termos do artigo 126 da Lei nº 6.404/76, devendo o procurador ter sido constituído há menos de 1 (um) ano, na qualidade de acionista,



administrador, advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil ou, ainda, ser instituição financeira. No caso de procuração em língua estrangeira, o instrumento de mandato deverá estar traduzido para o português, notariado e consularizado.

Com o objetivo de agilizar o processo de realização das Assembleias, é solicitado aos Acionistas, na forma do Artigo 21, §1º do Estatuto Social, depositar os comprovantes de suas ações escriturais, expedidos pela instituição financeira depositária, Banco Bradesco S.A., na Av. Marechal Floriano, nº 168, A 1, 1º andar, corredor D (FFR), Centro, Rio de Janeiro – RJ, com 72 (setenta e duas) horas de antecedência do dia da Assembleia. Os procuradores dos acionistas deverão, na forma do Artigo 21, §2º do Estatuto Social da Companhia, depositar os respectivos instrumentos de mandato no mesmo endereço, também com 72 (setenta e duas) horas de antecedência do dia das assembleias.

## **2.1 Acionista Presente**

### **(i) Acionistas Pessoas Físicas:**

- Documento de identificação com foto (RG, RNE, CNH ou carteiras de classe profissionais oficialmente reconhecidas no Brasil).

### **(ii) Acionistas Pessoas Jurídicas:**

- Documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is) do acionista;
- Cópia autenticada do último Estatuto ou Contrato Social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração).



**(iii) Fundos de Investimentos:**

- Documento de identificação com foto (RG, RNE, CNH ou carteiras de classe profissionais oficialmente reconhecidas no Brasil) dos representantes legais; e
- Cópia autenticada do regulamento consolidado do Fundo e do Estatuto ou Contrato social de seu administrador, juntamente com documentação societária comprobatória de poderes de representação (eleição de administradores e/ou procuração, sendo que em caso de participação por procuração a firma do outorgante deverá estar reconhecida).

## **2.2 Acionista Representado por Procurador**

O acionista que não puder comparecer à Assembleia poderá ser representado por procurador, constituído há menos de 1 (um) ano e na forma prevista no parágrafo 1º do Art. 126 da Lei nº. 6.404/1976 (“Lei das S.A.”).

As procurações, nos termos do parágrafo 1º do artigo 126 da Lei das S.A., somente poderão ser outorgadas a pessoas que atendam, pelo menos, um dos seguintes requisitos: **(i)** ser acionista ou administrador da Companhia, **(ii)** ser advogado ou **(iii)** ser instituição financeira.

No caso de participação por procuração, o outorgante deverá ter sua firma reconhecida no instrumento e os documentos descritos no item 2.1 deverão ser apresentados pelo respectivo procurador.

O acionista representado por procuração deverá seguir o seguinte procedimento:

**Prazo de entrega dos documentos de representação:** 72 (setenta e duas) horas de antecedência do dia da Assembleia.



**Local:** Av. Marechal Floriano, nº 168, Bloco 1 - 1º Andar - Corredor D - Centro - Rio de Janeiro – RJ (A/C: Gerência de Relações com Investidores)

Fica ressaltado que a despeito do prazo acima mencionado, o acionista que comparecer até o início da Assembleia, munido dos documentos exigidos, poderá participar e votar ainda que tenha deixado de depositá-los previamente.

A Light, no exclusivo interesse de seus acionistas e visando facilitar a sua representação na Assembleia, apresenta, a título de sugestão, um modelo de procuração para outorga de poderes no Anexo VI deste Manual, sendo certo que os acionistas também poderão utilizar outras procurações que não a sugerida neste Manual, desde que em acordo com o disposto na Lei nº 6.404/76.



### **3. Edital de Convocação**

**LIGHT S.A.  
Companhia Aberta  
CNPJ 03.378.521/0001-75  
NIRE: 33.3.0026316-1  
CONVOCAÇÃO**

#### **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

#### **EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

Ficam convidados os Srs. Acionistas da LIGHT S.A. (“Companhia”) para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a realizar-se, em 12 de dezembro de 2016, às 14h30min, na sede da Companhia, na Av. Marechal Floriano, nº168, Parte, 2º andar, Corredor A, Centro, Rio de Janeiro, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia:

#### **Assembleia Geral Ordinária:**

- 1) Reapresentação das Demonstrações Financeiras da Companhia referente ao exercício do ano de 2015;

Rio de Janeiro, 11 de novembro de 2016.

Nelson José Hubner Moreira  
Presidente do Conselho de Administração





## **4. Proposta da Administração**

Em conformidade com as disposições previstas na Instrução CVM n.º 481/2009, o presente Manual submete à apreciação dos acionistas a **Proposta da Administração** da Light, apresentando os esclarecimentos necessários para que os acionistas possam votar de maneira consciente e informada:

### **4.1 Matéria Constante da Ordem do Dia**

#### **I - Reapresentar as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015**

Para deliberar sobre este item, são disponibilizados aos acionistas, conforme Instrução CVM n.º 481/09: (i) o Relatório da Administração; (ii) Cópia das Demonstrações Financeiras; (iii) Comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia, na forma do item 10 do Formulário de Referência previsto no Anexo A da Instrução CVM n.º 552/14, que alterou o Anexo 24 da Instrução CVM n.º 480/2009, conforme Anexo I da presente Proposta; (iv) o Parecer dos Auditores Independentes, Deloitte Touche Tohmatsu, e (v) parecer do Conselho Fiscal, datado de 08 de novembro de 2016.



## 5. Esclarecimentos Adicionais

Em cumprimento ao disposto nos artigos 10, 11 e 12 da Instrução CVM nº 481/2009 estarão disponíveis aos acionistas na Internet, na página da Comissão de Valores Mobiliários ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e na página da Companhia ([ri.light.com.br](http://ri.light.com.br)), todas as informações necessárias à compreensão das matérias a serem discutidas.

As publicações do edital de convocação foram feitas no Jornal do Commercio e no Diário Oficial do Estado de Rio de Janeiro nos dias **11, 16 e 17 de novembro de 2016**.

Pelo menos um administrador da companhia estará presente à Assembleia para atender aos pedidos de esclarecimentos adicionais dos acionistas. Os administradores não podem votar, como acionistas ou procuradores, nas matérias mencionadas no Edital de Convocação.

Observados os quóruns de deliberação previstos em lei, as deliberações das Assembleias serão tomadas por maioria de votos, sendo o voto de cada representante de acionista, proporcional à sua participação acionária no capital social da Companhia.

Além das informações constantes no Edital de Convocação, na Proposta da Administração e neste Manual, os acionistas da Light poderão sanar eventuais dúvidas por meio de contato com a Gerência de Relações com Investidores, através de através do e-mail: [ri@light.com.br](mailto:ri@light.com.br) ou pelo telefone +55 (21) 2211-2814.



## **ANEXO I - Comentários dos Administradores sobre a Situação Financeira da Companhia nos Termos do Item 10 do Formulário de Referência**

### **10.1. Comentários dos diretores:**

#### **10.2. Os diretores devem comentar sobre:**

##### **10.1.a. condições financeiras e patrimoniais gerais**

A Light S.A. é uma holding detentora de um portfólio diversificado e integrado de sociedades que atuam, principalmente, nas seguintes áreas no mercado energia elétrica:

- (i) distribuição (Light S.E.S.A);
- (ii) geração (Light Energia, Amazônia Energia, Lightger S.A.) e;
- (iii) comercialização e serviços energéticos (Light Com e Light Esco)

#### **Patrimônio Líquido e Caixa\***

A Companhia possui uma forte geração de caixa, sólida estrutura de capital, patamar reduzido de alavancagem e fontes de financiamento diferenciadas para implementar seu plano de negócios.

<b>R\$ milhões</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa com liquidez imediata</b>	447,4	401,1	546,4
<b>Títulos e Valores Mobiliários</b>	74,7	104,7	1.244,0
<b>Patrimônio Líquido</b>	3.665,1	3.628,6	3.477,1
<b>Dívida Líquida</b>	7.127,0	6.181,2	5.268,9
<b>Dívida Líq. / Patrimônio Líquido</b>	1,94	1,70	1,52



*\*Informações de acordo com Balanço Patrimonial Consolidado*

O patrimônio líquido da Companhia, em 31 de dezembro de 2015, era de R\$3,7 bilhões, um acréscimo de 1,0%, ou R\$36,4 milhões, em relação a 31 de dezembro de 2014. Isso ocorreu, principalmente, em função do lucro líquido de R\$37,8 milhões, dos quais R\$10,1 milhões serão distribuídos na forma de dividendos a serem deliberados na AGO de 2016. Quando comparamos 2014 com 2013, observamos uma evolução no patrimônio líquido de R\$ 151,5 milhões, em função da retenção de lucros.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia tinha uma posição de caixa de R\$447,4 milhões e o montante de R\$74,7 milhões em títulos e valores mobiliários, totalizando R\$522,1 milhões de disponibilidades. O capital de giro da Companhia é suficiente para as atuais exigências e os seus recursos de caixa, inclusive empréstimos de terceiros, são suficientes para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos. Na mesma data, a dívida líquida totalizava R\$7.127,0 milhões, crescimento de 16,1% em relação a 2014. A relação dívida líquida/patrimônio líquido em 2015 ficou em 1,94, ao passo que atingiu 1,70 em 2014.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia tinha uma posição de caixa de R\$401,1 milhões e o montante de R\$104,7 milhões em títulos e valores mobiliários, totalizando R\$505,8 milhões de disponibilidades. Na mesma data, a dívida líquida totalizava R\$6.181,2 milhões, crescimento de 17,3% em relação a 2013. A relação dívida líquida/patrimônio líquido em 2014 ficou em 1,70, ao passo que atingiu 1,52 em 2013.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia tinha uma posição de caixa de R\$546,4 milhões e o montante de R\$1.244,0 milhões em títulos e valores mobiliários, totalizando R\$1.790,4 milhões de disponibilidades.



### **Indicadores de Endividamento e Patrimoniais\***

<b>Índices de Endividamento</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Índice de Endividamento Geral (Passivo Total/Ativo total)	75,4%	73,4%	73,3%
Composição de Endividamento (Passivo Circulante/Passivo Total)	39,2%	29,2%	34,8%
Imobilização do PL (Ativo Permanente/Patrimônio Líquido)	177,9%	178,5%	180,7%
<b>Índices de Liquidez</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Liquidez Corrente (Ativo Circulante/Passivo Circulante)	0,90	1,01	1,05
Liquidez Seca ((Ativo Circulante– Estoque)/Passivo Circulante)	0,90	1,00	1,04

*\*Informações de acordo com Balanço Patrimonial Consolidado*

O Índice de Endividamento Geral, que reflete a proporção dos ativos totais da empresa financiados por credores, teve um aumento de 2,2 p.p entre 2013 e 2015.

A Composição do Endividamento indica se a empresa concentra seu endividamento a curto ou longo prazo. No caso da Light S.A., verifica-se maior concentração em dívidas de curto prazo no ano de 2015.

A Imobilização do Patrimônio Líquido indica o quanto do Ativo Permanente da Empresa está sendo financiado pelo seu Patrimônio Líquido. Quanto mais a empresa investir no Ativo Permanente, menos recursos próprios sobrarão para o Ativo Circulante e, em consequência, maior será a dependência de Capitais de Terceiros para o financiamento do Ativo Circulante. Nos anos de 2013 a 2015, o perfil apresentado pela Companhia é compatível com setor capital intensivo.

A Imobilização do Patrimônio Líquido indica o quanto do Ativo Permanente da Empresa está sendo financiado pelo seu Patrimônio Líquido. Quanto mais a empresa investir no Ativo Permanente, menos recursos próprios sobrarão para o Ativo Circulante e, em consequência, maior será a dependência de Capitais de Terceiros



para o financiamento do Ativo Circulante. Nos anos de 2013 a 2015, o perfil apresentado pela Companhia é compatível com setor capital intensivo.

A Liquidez Corrente e Liquidez Seca, que refletem a capacidade de pagamento das obrigações de curto prazo, a Companhia espera melhora na geração operacional de caixa durante o exercício a findar em 31 de dezembro de 2016 em função dos ajustes tarifários obtidos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, conjuntamente com a redução esperada de investimentos em 2016 e com a melhora no cenário hidrológico. Adicionalmente, a Companhia vem negociando a renovação dos empréstimos e financiamentos de curto prazo e alongamento do seu perfil de dívida. A Administração entende que o sucesso nessas etapas reverterá o cenário atual de capital circulante líquido negativo.

A Diretoria entende que os indicadores apresentados pela Companhia são compatíveis com o setor em que está inserida e que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar seu plano de negócios e cumprir suas obrigações de curto e longo prazo

#### **10.1.b. estrutura de capital**

Os Diretores da Companhia entendem que a Companhia tem uma estrutura de capital equilibrada, representada, em 31 de dezembro de 2015, por um endividamento bruto de R\$7.574,4 milhões, sendo 24,3% deste montante representado por dívidas de curto prazo e 75,7% representado por dívidas de longo prazo. Em 31 de dezembro de 2014, o endividamento bruto era de R\$6.582,3 milhões, enquanto em 31 de dezembro de 2013 era de R\$ 5.815,3 milhões.

A seguir também é apresentada a oscilação dos indicadores Dívida Líquida / (Dívida Líquida + Patrimônio Líquido) e Patrimônio Líquido / (Dívida Líquida + Patrimônio



Líquido), onde Dívida Líquida = Empréstimos e Financiamentos + Debêntures - Disponibilidades), apurados da seguinte forma:

<b>Estrutura de Capital</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Dívida Líquida / (Dívida Líquida + Patrimônio Líquido)	66,0%	62,6%	53,7%
Patrimônio Líquido / (Dívida Líquida + Patrimônio Líquido)	34,0%	37,4%	46,4%

Em 31 de dezembro de 2015, a participação da Dívida Líquida na Dívida Líquida / (Dívida Líquida + Patrimônio Líquido), era de 66,0%, 3,4 p.p. superior ao ano de 2014, ao passo que em 2014, este índice foi 8,9 p.p. superior a 2013.

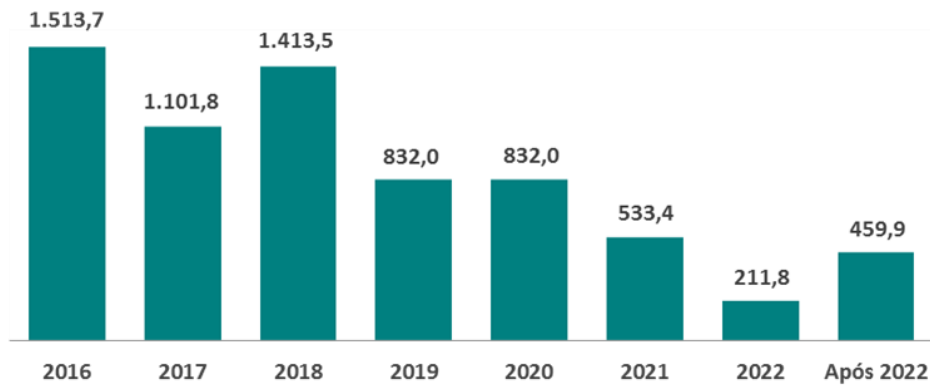
Os diretores entendem que a atual estrutura de capital apresenta níveis adequados de alavancagem, respeitando os níveis de retorno e risco alinhados ao crescimento sustentável da Companhia.

Adicionalmente, a Administração informa que não há e não houve possibilidade de resgates de ações de emissão da companhia, nos últimos três exercícios, além das legalmente previstas.

#### **10.1.c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos**

Os Diretores da Companhia entendem que a dívida total de R\$7.127,0 milhões, está escalonada ao longo dos anos, com 68,93% vencendo em 4 anos e com prazo médio de 3,6 anos, refletindo o esforço empreendido pela Companhia no alongamento do perfil da sua dívida, conforme gráfico abaixo:

Cronograma de Amortização (R\$ MM)



Há que se destacar que, nos últimos três exercícios sociais, a Companhia tem sido bem sucedida em acessar o mercado de capitais, seja para financiar seus investimentos ou para refinarar sua dívida.

#### **10.1.d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas:**

As principais fontes de financiamento para capital de giro e investimentos realizadas no ano de 2015 foram: (i) liberações de recursos por parte do BNDES, ao longo dos últimos 12 meses, no montante de R\$91,9 milhões; (ii) captação em moeda estrangeira de R\$120,00 milhões, junto ao Banco Santander, para a Light SESA, com proteção à exposição cambial através de operação de swap para Real; (iii) captação em moeda estrangeira de R\$80,00 milhões, junto ao Banco BNP, para a Light SESA, com proteção à exposição cambial através de operação de swap para Real; (iv) 3ª emissão de Notas Promissórias da Light SESA no montante total de R\$275,0 milhões junto ao Banco do Itaú, Bradesco e CEF, a um custo de CDI + 1,63%; (v) contratação de Conta Garantida no montante de R\$100,0 milhões, junto a CEF, para a Light SESA;





vi) rolagem do empréstimo de moeda estrangeira de R\$200 milhões junto ao Banco Itaú, sendo R\$68 milhões, para a Light SESA, e R\$132 milhões para a Light Energia por mais 1 ano com proteção à exposição cambial através de operação de swap para Real, novo vencimento, dez.17.

As principais fontes de financiamento para capital de giro e investimentos realizadas no ano de 2014 foram: (i) liberações de recursos por parte do BNDES, ao longo dos últimos 12 meses, no montante de R\$418,0 milhões; (ii) captação em moeda estrangeira de R\$235,8 milhões, junto ao Citibank, para a Light SESA, com proteção à exposição cambial através de operação de *swap* para Real; (iii) liberações de recursos por parte da FINEP, em maio de 2014, num valor de R\$136,0 milhões, com custo de 4% a.a; (iv) 10ª emissão de debêntures da Light SESA no montante total de R\$750,0 milhões junto ao Banco do Brasil, Itaú e Bradesco, a um custo de 115% do CDI; (v) captação em moeda estrangeira de R\$156 milhões, junto ao BNP Paribas, para a Light Energia, com proteção à exposição cambial através de operação de *swap* para Real; (vi) captação em moeda estrangeira de R\$51 milhões, junto ao Bank Tokyo-Mitsubishi, para a Light SESA, com proteção à exposição cambial através de operação de *swap* para Real; (vii) captação em moeda estrangeira de R\$200 milhões junto ao Banco Itaú, sendo R\$68 milhões, para a Light SESA, e R\$132 milhões para a Light Energia, com proteção à exposição cambial através de operação de *swap* para Real.

As principais fontes de financiamento para capital de giro e investimentos realizadas no ano de 2013 foram: (i) liberações de recursos por parte do BNDES, ao longo dos últimos 12 meses, no montante de R\$ 58,7 milhões, para a Light SESA; (ii) captação no valor de R\$ 150 milhões, através do Banco do Brasil, para a Light SESA (fevereiro de 2013); (iii) captação em moeda estrangeira de R\$ 121 milhões, através do Banco Tokyo-Mitsubishi, para a Light SESA, com proteção à exposição cambial através de operação de *swap* para Real (março de 2013); e (iv) 9ª emissão de debêntures da Light SESA no montante total de R\$ 1,6 bilhão junto ao Banco do Brasil (junho de 2013), dividida em duas séries, tendo a primeira, de R\$ 1,0 bilhão, um custo de CDI+1,15% e a segunda, de R\$ 600 milhões, um custo de IPCA+5,74%. Tais recursos foram utilizados para investimentos, capital de giro e pré-pagamento de R\$ 500



milhões referentes às Notas Promissórias Comerciais emitidas em maio de 2013 e de R\$ 375 milhões em dívidas mais caras, incluindo R\$ 160 milhões da 5ª emissão de debêntures que tinha um custo de CDI+1,5%.

#### **10.1.e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**

As necessidades de financiamento do capital de giro e do CAPEX foram atendidas, nos últimos três exercícios sociais, através de contratação de financiamento junto a instituições financeiras, principalmente BNDES, e também da utilização da geração de caixa própria. Os diretores acreditam que caso a nossa capacidade de geração de caixa seja insuficiente para cobrir eventuais deficiências de liquidez, conseguiremos saná-las através de contratação de novas operações de capital de giro de curto prazo com instituições financeiras ou utilização da linha de crédito já contratada. A necessidade de captação de operações mais estruturadas tem o objetivo de alongamento do perfil da dívida para manutenção do nível de alavancagem e equacionamento do fluxo de caixa de médio e longo prazo de forma que atenda as expectativas dos acionistas e credores.

#### **10.1.f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:**

##### **10.1.f.i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes**

Em 31 de dezembro de 2015, o endividamento total consolidado em aberto da Companhia era de R\$ 7.574,4 milhões, sendo apenas 0,7% com exposição em moeda estrangeira.

Do valor total do endividamento acima, 24,35% (R\$1.844,2 milhões) tinha vencimento no curto prazo e 75,65% (R\$5.730,2 milhões) tinha vencimento no longo prazo.



Em conformidade com sua política de derivativos cambiais, em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía operações com derivativos (swaps) em moeda estrangeira, cujo valor notional era US\$582,2 milhões, representando 99,0% do saldo da dívida em moeda estrangeira (sem considerar os encargos).

A tabela abaixo descreve a evolução do endividamento total consolidado em aberto da Companhia nos períodos em referência:

Dívidas (R\$MM)	2015	2014	2013
Curto Prazo	1.844,2	579,8	642,5
Longo Prazo	5.730,2	6.002,5	5.172,8
Dívida Bruta	7.574,4	6.582,3	5.815,3
( - ) Caixa e Eq. Caixa	447,4	401,1	546,4
Dívida Líquida	7.127,0	6.181,2	5.268,9

### **Financiamentos Relevantes**

Entre 2013 a 2015, foram contraídas algumas dívidas, nas subsidiárias integrais da Companhia, entre as principais estão:

#### **Light SESA:**

- 9ª emissão de debêntures da Light SESA em 15 de junho de 2013, em duas séries. Série A: No valor de R\$1.000 milhões, com vencimento em 15 de maio de 2021, e juros sobre o principal de CDI + 1,15% ao ano. Série B: No valor de R\$600 milhões, com vencimento para 15 de maio de 2023, incide atualização sobre do valor nominal unitário, pela variação acumulada do IPCA, adicionado de juros fixo de 5,74% ano.



- Contratos de Abertura de Crédito para Financiamento dos investimentos relacionados aos Jogos Olímpicos, para o período de 2013/2016, firmados com o BNDES, em 03 de dezembro de 2013, na modalidade FINEM direto, cujos valores financiados, desembolsados e as respectivas remunerações estão discriminados abaixo: (i) FINEM TJLP+2,58% ao ano (Subcréditos A e D): R\$54,7 milhões – vencimento em 15 de dezembro de 2020 dos quais foram desembolsados R\$8,9 milhões até dezembro de 2014; (ii) FINEM TJLP+3,58% ao ano (Subcréditos B e E): R\$54,7 milhões – vencimento em 15 de dezembro de 2020 dos quais foram desembolsados R\$8,9 milhões até dezembro de 2014; e (iii) FINEM SELIC+2,58% ao ano (Subcréditos C e F): R\$43,8 milhões – vencimento em 15 de dezembro de 2020 dos quais foram desembolsados R\$7,1 milhões até dezembro de 2014.
- Contrato de Abertura de Crédito para Financiamento do Projeto Smart Grid da Light SESA firmado com a FINEP em 16 de abril de 2014, no montante total de R\$174,2 milhões, nos quais foram desembolsados R\$141,1 milhões em 16 de maio de 2014. A data de vencimento é 15 de maio de 2022. Sobre o valor do principal incidem juros de 4% ao ano.
- 10ª emissão de debêntures da Light SESA de 13 de maio de 2014, no montante total de R\$750 milhões. A data de vencimento é 09 de maio de 2020. Sobre o valor do principal incidem juros de 115% da CDI ao ano.
- Contratos de Abertura de Crédito para Financiamento dos programas de investimentos da Light SESA para o biênio 2013-2014, firmados com o BNDES, em 28 de novembro de 2014, na modalidade FINEM direto, cujos valores financiados, desembolsados e as respectivas remunerações estão discriminados abaixo: (i) FINEM SELIC+2,78% ao ano: R\$115,6 milhões – vencimento em 15 de março de 2021 dos quais foram desembolsados R\$78,2 milhões até dezembro de 2014; (ii) FINEM TJLP+2,78% ao ano: R\$4,9 milhões – vencimento em 15 de março de 2021 dos quais foram desembolsados R\$3,9 milhões até dezembro de 2014; e (iii) FINEM 6% ao ano: R\$191,9 milhões – vencimento em 15 de março de 2021 dos quais foram desembolsados R\$94,5 milhões até dezembro de 2014.
- Captação em moeda estrangeira (operação via resolução 4131) em 23 de agosto de 2012 no valor de US\$100 milhões (equivalente a R\$202,0 milhões) para a Light SESA através do Banco Citibank S.A. com vencimento em 23 de fevereiro de 2018.



- Captação em moeda estrangeira (operação via resolução 4131) em 15 de dezembro de 2014 no valor de US\$25,8 milhões (equivalente a R\$68,0 milhões) para a Light SESA através do Banco Itaú Unibanco S.A. com vencimento em 12 de dezembro de 2016.
- Captação em moeda estrangeira (operação via resolução 4131) em 24 de dezembro de 2014 no valor de US\$20,0 milhões (equivalente a R\$50,8 milhões) para a Light SESA através do Banco de Tokyo, com vencimento em 21 de novembro de 2017.
- Captação em moeda estrangeira (operação via resolução 4131) em 05 de fevereiro de 2015 no valor de US\$ 44,2 milhões (equivalente a R\$120,0 milhões) para a Light SESA através do Banco de Santander, com vencimento em 02 de fevereiro de 2016
- Captação em moeda estrangeira (operação via resolução 4131) em 1º de abril de 2015 no valor de US\$ 24,5 milhões (equivalente a R\$80,0 milhões) para a Light SESA através do Banco BNP, com vencimento em 03 de abril de 2017.
- 3ª Emissão de Notas Promissórias em 18 de junho de 2015 no valor de R\$ 275 milhões para a Light SESA um custo de CDI+1,63% através dos Bancos Bradesco Itaú e Caixa Economica Federal com vencimento em 18 de junho de 2016
- Contratação de conta garantida junto a Caixa Econômica Federal em 11 de maio de 2015, no valor de R\$ 100,0 milhões a um custo de CDI + 3,66% com vencimento em 30 de dezembro de 2017.

#### **Light Energia:**

- Captação em moeda estrangeira (operação via resolução 4131) em 22 de outubro de 2014 no valor de €50 milhões (equivalente a R\$156,9 milhões) para a Light Energia através do Banco BNP Paribas, com vencimento em 24 de outubro de 2016.
- Captação em moeda estrangeira (operação via resolução 4131) em 16 de dezembro de 2014 no valor de US\$50 milhões (equivalente a R\$132,0 milhões) para a Light Energia através do Banco Itaú Unibanco S.A., com vencimento em 12 de dezembro de 2016.



#### **10.1.f.ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras.**

Com exceção das relações constantes dos contratos acima descritos, a Companhia, nos últimos três exercícios sociais, não manteve outras relações de longo prazo com instituições financeiras de valores relevantes.

#### **10.1.f.iii. grau de subordinação entre as dívidas.**

A Companhia esclarece que, não há e não existiu durante os três últimos exercícios sociais, grau de subordinação entre as dívidas da Companhia, exceto por aquelas dívidas garantidas por direito real, que estão configuradas nos contratos celebrados com o BNDES, Eletrobrás, Tesouro Nacional e Debêntures da 4ª Emissão da Light Serviços de Eletricidade S.A., sendo que citadas dívidas não possuíam grau de subordinação entre si por possuírem garantias reais, apresentadas sob a forma de cessão fiduciária ou penhor de receitas, conforme cada contrato. Vale dizer que, em relação às dívidas com garantia real, tais credores preferiram aos demais até o limite do ativo dado em garantia e as dívidas financeiras que possuíam garantia real contaram com as preferências e prerrogativas previstas em lei. Tais dívidas totalizaram R\$ 1.304,9 milhões, sendo: R\$ 1.064,4 milhões junto ao BNDES, R\$ 45,0 milhões junto ao Tesouro Nacional e R\$ 4,3 milhões junto a Eletrobrás.

Na hipótese de uma eventual instauração de procedimento de recuperação judicial ou extrajudicial, a Companhia adotará os preceitos da Lei nº 11.101/05 para compor a ordem de preferência em concurso universal de credores.



**10.1.f.iv eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições**

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía *covenants* para o indicador dívida líquida/EBITDA de 4,25x e para o indicador EBITDA/despesa de juros de 2,0x, contudo o descumprimento do *covenant* só se configura em caso de ultrapassagem dos limites estabelecidos para os indicadores por 2 trimestres consecutivos ou 4 intercalados.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possuía *covenants* para o indicador dívida líquida/EBITDA de 3,75x e para o indicador EBITDA/despesa de juros de 2,5x, contudo o descumprimento do *covenant* só se configura em caso de ultrapassagem dos limites estabelecidos para os indicadores por 2 trimestres consecutivos ou 4 intercalados.

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a Companhia possuía *covenants* para o indicador dívida líquida/EBITDA de 3,0x e para o indicador EBITDA/despesa de juros de 2,5x, contudo o descumprimento do *covenant* só se configura em caso de ultrapassagem dos limites estabelecidos para os indicadores por 2 trimestres consecutivos ou 4 intercalados.

Conforme tabela abaixo, nos últimos três exercícios sociais, a Companhia e suas subsidiárias integrais se encontravam em pleno atendimento de todas as cláusulas restritivas (“*covenants*”) previstas nos respectivos contratos.



<b>Múltiplo para efeito de covenants R\$ MM</b>	<b>dez/15</b>	<b>dez/14</b>	<b>dez/13</b>
<b>Dívida Bruta</b>	<b>7.574,4</b>	<b>6.582,3</b>	<b>5.815,3</b>
+ Operações de Swap	(582,3)	(194,5)	(135,1)
+ Fundo de Pensão	32,0	32,0	1.224,7
- Disponibilidades	522,1	505,8	1.790,4
<b>= Dívida Líquida para covenants (a)</b>	<b>6.502,0</b>	<b>5.913,9</b>	<b>5.114,4</b>
<b>EBITDA CVM (12 meses)</b>	<b>1.095,1</b>	<b>1.809,7</b>	<b>1.696,8</b>
- Equivalência Patrimonial	(126,4)	134,6	(5,5)
- Provisões	(292,1)	(216,3)	210,9
- Outras Receitas/Despesas Operacionais	(50,1)	(41,3)	81,3
+ Ativos e Passivos Regulatórios (CVA)	0,0	(334,2)	(21,0)
- CVA Financeira	-	-	5,13
<b>= EBITDA para covenants (b)</b>	<b>1.563,7</b>	<b>1.598,5</b>	<b>1.800,3</b>
<b>Juros (c)</b>	<b>668,0</b>	<b>595,1</b>	<b>472,8</b>
<b>Dívida Líquida / EBITDA (a/b)</b>	<b>4,16</b>	<b>3,70</b>	<b>2,84</b>
<b>EBITDA/Juros (b/c)</b>	<b>2,34</b>	<b>2,69</b>	<b>3,81</b>

## 10.1.g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

### Exercício Social 2015

Contrato de financiamento BNDES Capex 2015/2016 da Light SESA:

Em fase de contratação.

### Exercício Social 2014

Contrato de financiamento BNDES Capex 2013/2014 da Light SESA:

Prazo de utilização até 15 de março de 2015.

Contrato de financiamento BNDES Capex 13/16 da Light SESA Olimpíadas:





Prazo de utilização até 15 de dezembro de 2016.

<b>BNDES</b>	<b>Contratação</b>	<b>Liberação</b>	<b>% Liberado</b>
Capex 13/14	580	355	61,2%
Olimpiadas 13/16	277	64	23,2%

Para os contratos de abertura de crédito para o financiamento dos programas de investimentos da Light Energia e da Light SESA para o biênio 2012-2013, firmados com a Caixa Econômica na modalidade de debêntures via FI-FGTS, em 31 de dezembro de 2014, não possuíam mais valores a serem liberados.

### **Exercício Social 2013**

Especificamente para os contratos de abertura de crédito para o financiamento dos programas de investimentos da Light SESA para o biênio 2011-2012, firmados com o BNDES na modalidade FINEM direto, em 31 de dezembro de 2013, não possuíam mais valores a serem liberados

## 10.1.h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

	2014 Reapresentado	% da Receita Líquida	2015 Reapresentado	% da Receita Líquida	2015/2014
<b>RECEITA OPERACIONAL</b>					
Fornecimento de energia elétrica	9.226.978	100,3%	14.172.671	133,1%	53,6%
Suprimento de energia elétrica	1.171.780	12,7%	1.035.546	9,7%	(11,6)%
Receita de Construção	940.503	10,2%	936.829	8,8%	(0,4)%
Outras receitas	1.890.070	20,5%	1.522.470	14,3%	(19,4)%
<b>Total</b>	<b>13.229.331</b>	<b>143,8%</b>	<b>17.667.516</b>	<b>165,9%</b>	<b>33,5%</b>
<b>Deduções à Receita Operacional</b>					
ICMS	(2.430.534)	(26,4)%	(3.682.959)	(34,6)%	51,5%
Encargos do consumidor	(478.352)	(5,2)%	(1.970.957)	(18,5)%	312,0%
PIS/COFINS	(1.113.897)	(12,1)%	(1.360.781)	(12,8)%	22,2%
Outras	(5.716)	(0,1)%	(5.515)	(0,1)%	(3,5)%
<b>Total</b>	<b>(4.028.499)</b>	<b>(43,8)%</b>	<b>(7.020.212)</b>	<b>(65,9)%</b>	<b>74,3%</b>
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>9.200.832</b>	<b>100,0%</b>	<b>10.647.304</b>	<b>100,0%</b>	<b>15,7%</b>
<b>CUSTO DA OPERAÇÃO</b>					
	(7.296.566)	(79,3)%	(9.064.702)	(85,1)%	24,2%
Energia Elétrica comprada para revedada	(5.431.295)	(59,0)%	(7.160.923)	(67,3)%	31,8%
Pessoal	(211.937)	(2,3)%	(191.210)	(1,8)%	(9,8)%
Material	(26.208)	(0,3)%	(17.976)	(0,2)%	(31,4)%
Serviço de terceiros	(292.604)	(3,2)%	(298.388)	(2,8)%	2,0%
Depreciação e amortização	(367.355)	(4,0)%	(411.647)	(3,9)%	12,1%
Custo de Construção	(940.503)	(10,2)%	(936.829)	(8,8)%	(0,4)%
Outras	(26.664)	(0,3)%	(47.729)	(0,4)%	79,0%
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>1.904.266</b>	<b>20,7%</b>	<b>1.582.602</b>	<b>14,9%</b>	<b>(16,9)%</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>					
	(661.278)	(7,2)%	(820.420)	(7,7)%	24,1%
Despesas gerais e administrativas	(619.979)	(6,7)%	(770.350)	(7,2)%	24,3%
Outras receitas	170	0,0%	1.276	0,0%	650,6%
Outras despesas	(41.469)	(0,5)%	(51.346)	(0,5)%	23,8%
<b>LUCRO OPERACIONAL</b>	<b>1.242.988</b>	<b>13,5%</b>	<b>762.182</b>	<b>7,2%</b>	<b>(38,7)%</b>
<b>RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL</b>					
	134.619	1,5%	(126.400)	(1,2)%	(193,9)%
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>					
	(442.480)	(4,8)%	(511.552)	(4,8)%	15,6%
Receitas	360.512	3,9%	1.098.943	10,3%	204,8%
Despesas	(802.992)	(8,7)%	(1.610.495)	(15,1)%	100,6%
<b>LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>935.127</b>	<b>10,2%</b>	<b>124.230</b>	<b>1,2%</b>	<b>(86,7)%</b>
Imposto de renda e contribuição social Corrente	(116.154)	(1,3)%	(63.983)	(0,6)%	(44,9)%
Imposto de renda e contribuição social Diferido	(156.142)	(1,7)%	(22.411)	(0,2)%	(85,6)%
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>662.831</b>	<b>7,2%</b>	<b>37.836</b>	<b>0,4%</b>	<b>(94,3)%</b>
<b>Lucro básico e diluído por ação</b>	<b>3,25022</b>		<b>0,20789</b>		
<b>QUANTIDADE DE AÇÕES AO FINAL DO EXERCÍCIO</b>	203.934.060		203.934.060		



## **Análise da Demonstração do Resultado para o Exercício Social Encerrado em 31 de Dezembro de 2015 comparado ao Exercício Social Encerrado em 31 de Dezembro de 2014**

Os comentários estão restritos aos itens que tenham apresentado alterações significativas, definidas como variação percentual superior a 5% para cima ou para baixo, no período analisado.

### ***Receita Operacional Líquida***

A receita operacional líquida do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$10.647,3 milhões, representando um aumento de 15,7% comparado à receita operacional líquida de R\$9.200,8 milhões registrada em 2014, em função do crescimento de 18,1% na receita do segmento de distribuição.

O resultado do segmento de comercialização e serviços foi fortemente impactado pela redução no volume de energia comercializado no ano de 2015, justificada pela redução da exposição do setor ao mercado de curto prazo

O aumento na receita líquida do segmento de geração pode ser explicado pelo menor volume de venda no mercado de curto prazo a um preço de R\$ 288,1/MWh em 2015 contra R\$ 690,0/MWh em 2014, em função da redução dos valores do PLD.

O segmento de distribuição apresentou uma receita líquida de R\$ 9.750,9 milhões, representando um aumento de 18,2% comparado à receita operacional líquida de R\$ 8.248,9 milhões registrada em 2014. Desconsiderando a receita de construção, houve um aumento de 20,4% entre a receita dos períodos, explicado pelo reconhecimento do saldo de CVA de 2013 no valor de R\$ 334,2 milhões.

### ***Custo de Operação***

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, os custos de bens e serviços vendidos pela Companhia foram de R\$9.064,7 milhões, um aumento



de 24,2% quando comparado aos R\$7.296,6 milhões verificados em 2014. Tal variação foi causada, principalmente, pelo maior volume de compra de energia pela distribuidora e comercializadora.

Energia Elétrica Comprada para Revenda: O custo com energia elétrica comprada para revenda aumentou de R\$5.431,3 milhões em 2014 para R\$7.160,9 milhões em 2015, apresentando um crescimento de 31,8%. Essa linha foi influenciada pelo aumento nos custos com compra de energia pela comercializadora e, principalmente, distribuidora devido aos seguintes fatores: (i) pelo reajuste anual dos contratos em novembro; (ii) pelo reajuste de 46,1% na tarifa de Itaipu com vigência a partir de jan/15; (iii) pela valorização do dólar frente ao real, com impacto nas tarifas de Itaipu e Norte Fluminense; (iv) pela compra no MCSD no final de 2015 para mitigar riscos de subcontratação em 2015; e (v) pelo aporte de R\$ 1.647,5 milhões em 2014, contabilizado como redutor de custos.

Pessoal: No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, o custo de pessoal foi de R\$191,2 milhões, representando uma redução de 9,8%, comparado ao custo de R\$211,9 milhões em 2014.

Material: No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, o custo com material foi de R\$18,0 milhões, representando uma redução de 31,4%, comparado ao custo de R\$ 26,2 milhões em 2014.

Depreciações e Amortizações: No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, o montante relativo a esta linha foi de R\$411,6 milhões, 12,1% acima dos R\$367,4 milhões registrado em 2014, devido ao aumento na base de ativos depreciáveis em 2015.



Outras: No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, os outros custos de operação totalizaram R\$47,7 milhões, representando um crescimento de 79,0% quando comparado ao custo de R\$26,7 milhões de 2014.

### ***Lucro Operacional Bruto***

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, o lucro operacional bruto da Companhia foi de R\$1.582,6 milhões, 16,9% menor do que o lucro de R\$1.904,3 milhões registrado em 2014. Tal resultado é explicado pelo aumento do custo acima da receita.

### ***Despesas Operacionais***

Gerais e Administrativas: No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, as despesas gerais e administrativas da Companhia somaram R\$820,4 milhões, representando um crescimento de 24,1% em comparação aos R\$661,3 milhões apurados em 2014. Esse resultado é explicado, principalmente, pelo aumento de 35,0% na conta de provisões.

### ***Outras Receitas (Despesas) Operacionais***

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, o saldo de outras receitas/despesas operacionais da Companhia foi uma despesa de R\$50,1 milhões em comparação a uma despesa de R\$41,3 milhões em 2014.

### ***Resultado Antes de Receita e Despesa Financeira***

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, o resultado operacional da Companhia totalizou R\$762,2 milhões, 38,7% abaixo dos



R\$1.243,0 milhões registrados em 2014 uma vez que houve uma maior baixa por desativação de bens do ativo intangível.

#### ***Receitas (Despesas) Financeiras***

O resultado financeiro do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 foi negativo em R\$511,6 milhões, em comparação aos R\$442,5 milhões, também negativo, registrados em 2014, variação de 15,6%.

Receitas: A receita financeira do ano, de R\$1.098,9 milhões, foi 204,8% maior que os R\$360,5 milhões alcançados no ano anterior, explicada: (i) pela atualização da parcela A e outros itens financeiros, influenciada pelo aumento da Selic, (ii) pela atualização do ativo financeiro que, no 4T15, passou a utilizar o IPCA acumulado do trimestre, sendo que, além do valor do trimestre, foram contabilizados montantes referente a essa atualização desde a Revisão Tarifária de 2013 (R\$ 91,5 milhões); e (iii) resultado positivo de swap líquido devido à desvalorização do Real frente ao Dólar.

Despesas: A despesa financeira do ano atingiu R\$1.610,5 milhões, com crescimento de 100,6% em relação aos R\$803,0 milhões apurados em 2014. Tal variação pode ser explicada pela: (i) pela variação cambial referente à fatura de Itaipu; e (ii) pela variação cambial das dívidas em moeda estrangeira devido à depreciação do Real frente ao dólar, parcialmente compensada pelo resultado positivo de swap líquido.

#### ***Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social***

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, o resultado antes do imposto de renda e contribuição social foi de R\$124,2 milhões, comparado com os R\$935,1 milhões alcançados em 2014, representando uma redução de 86,7%.



### ***Imposto de Renda e Contribuição Social***

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, a Companhia registrou despesas de IRPJ e CSLL no valor de R\$86,4 milhões, em comparação com uma despesa de R\$272,3 milhões em 2014.

### ***Lucro do Período***

A Light S.A. registrou lucro líquido de R\$37,8 milhões em 2015, 94,3% menor que o lucro registrado em 2014 no montante de R\$662,8 milhões. Essa queda é explicada pelo: (i) reconhecimento, no 4T14, de R\$ 331,8 milhões referentes ao saldo da CVA, após impostos, de períodos anteriores, (ii) resultado de equivalência patrimonial positivo em R\$ 142,1 milhões, no 4T14, e (iii) resultado de equivalência patrimonial negativo em R\$ 145,7 milhões no 4T15.

	2013	% da Receita Líquida	2014	% da Receita Líquida	2014/2013
<b>RECEITA OPERACIONAL</b>					
Fornecimento de energia elétrica	8.232.952	110,9%	9.226.978	100,0%	12,1%
Suprimento de energia elétrica	836.409	11,3%	1.171.780	12,7%	40,1%
Receita de Construção	820.284	11,1%	940.503	10,2%	14,7%
Outras receitas	893.665	12,0%	1.890.070	20,5%	111,5%
<b>Total</b>	<b>10.783.310</b>	<b>145,3%</b>	<b>13.229.331</b>	<b>143,3%</b>	<b>22,7%</b>
<b>Deduções à Receita Operacional</b>					
ICMS	(2.234.816)	(30,1)%	(2.430.534)	(26,3)%	8,8%
Encargos do consumidor	(205.187)	(2,8)%	(448.814)	(4,9)%	118,7%
PIS/COFINS	(915.580)	(12,3)%	(1.113.897)	(12,1)%	21,7%
Outras	(5.471)	(0,1)%	(5.716)	(0,1)%	4,5%
<b>Total</b>	<b>(3.361.054)</b>	<b>(45,3)%</b>	<b>(3.998.961)</b>	<b>(43,3)%</b>	<b>19,0%</b>
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>7.422.256</b>	<b>100,0%</b>	<b>9.230.370</b>	<b>100,0%</b>	<b>24,4%</b>
<b>CUSTO DA OPERAÇÃO</b>	<b>(5.484.856)</b>	<b>(73,9)%</b>	<b>(7.231.061)</b>	<b>(78,3)%</b>	<b>31,8%</b>
Energia Elétrica comprada para reveda	(3.848.273)	(51,8)%	(5.447.953)	(59,0)%	41,6%
Pessoal	(201.625)	(2,7)%	(206.832)	(2,2)%	2,6%
Material	(15.466)	(0,2)%	(24.155)	(0,3)%	56,2%
Serviço de terceiros	(206.090)	(2,8)%	(198.203)	(2,1)%	(3,8)%
Depreciação e amortização	(351.463)	(4,7)%	(368.963)	(4,0)%	5,0%
Custo de Construção	(820.284)	(11,1)%	(940.503)	(10,2)%	14,7%
Outras	(41.655)	(0,6)%	(44.452)	(0,5)%	6,7%
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>1.937.400</b>	<b>26,1%</b>	<b>1.999.309</b>	<b>21,7%</b>	<b>3,2%</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(626.053)</b>	<b>(8,4)%</b>	<b>(739.051)</b>	<b>(8,0)%</b>	<b>18,0%</b>
Despesas gerais e administrativas	(435.836)	(5,9)%	(459.284)	(5,0)%	5,4%
Despesas com vendas	(271.566)	(3,7)%	(238.468)	(2,6)%	(12,2)%
Outras receitas	124.979	1,7%	170	0,0%	(99,9)%
Outras despesas	(43.630)	(0,6)%	(41.469)	(0,4)%	(5,0)%
<b>LUCRO OPERACIONAL</b>	<b>1.311.347</b>	<b>17,7%</b>	<b>1.260.258</b>	<b>13,7%</b>	<b>(3,9)%</b>
<b>RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL</b>	<b>(5.454)</b>	<b>(0,1)%</b>	<b>134.619</b>	<b>1,5%</b>	<b>(2.568,3)%</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>(453.790)</b>	<b>(6,1)%</b>	<b>(459.750)</b>	<b>(5,0)%</b>	<b>1,3%</b>
Receitas	338.158	4,6%	360.512	3,9%	6,6%
Despesas	(791.948)	(10,7)%	(820.262)	(8,9)%	3,6%
<b>LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>852.103</b>	<b>11,5%</b>	<b>935.127</b>	<b>10,1%</b>	<b>9,7%</b>
Imposto de renda e contribuição social Corrente	(113.904)	(1,5)%	(116.154)	(1,3)%	2,0%
Imposto de renda e contribuição social Diferido	(150.864)	(2,0)%	(156.142)	(1,7)%	3,5%
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>587.335</b>	<b>7,9%</b>	<b>662.831</b>	<b>7,2%</b>	<b>12,9%</b>
<b>Lucro básico e diluído por ação</b>	<b>2,07873</b>		<b>3,25022</b>		
<b>QUANTIDADE DE AÇÕES AO FINAL DO EXERCÍCIO</b>	<b>203.934.060</b>		<b>203.934.060</b>		





## **Análise da Demonstração do Resultado para o Exercício Social Encerrado em 31 de Dezembro de 2014 comparado ao Exercício Social Encerrado em 31 de Dezembro de 2013**

Os comentários estão restritos aos itens que tenham apresentado alterações significativas, definidas como variação percentual superior a 5% para cima ou para baixo, no período analisado.

### ***Receita Operacional Líquida***

A receita operacional líquida do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$9.230,4 milhões, representando um aumento de 24,4% comparado à receita operacional líquida de R\$7.422,3 milhões registrada em 2013, em função do crescimento de 49,5%, 7,7% e 23,0% na receita dos segmentos de comercialização e serviços, geração e distribuição, respectivamente.

O resultado do segmento de comercialização e serviços foi fortemente impactado pelo aumento no volume de energia comercializada combinado com o maior preço praticado ao longo do ano de 2014, decorrente principalmente da realocação da energia descontratada pela Light Energia, que passou a ser negociada pela comercializadora a clientes finais.

O aumento na receita líquida do segmento de geração pode ser explicado pela maior disponibilidade de energia vendida no mercado spot no primeiro trimestre de 2014, a um preço médio de R\$658,3/MWh.

O segmento de distribuição apresentou uma receita líquida em 2014, 23,0% maior do que a registrada em 2013, sendo que, desconsiderando a receita de construção, esse aumento foi de 24,1%. Esse crescimento é explicado: i) pelo reconhecimento da CVA na receita líquida a partir de dezembro de 2014 (desconsiderando o efeito da contabilização da CVA, o crescimento da receita líquida no ano seria de 6,8%); (ii) pelo aumento na receita não faturada; (iii) pelo reajuste tarifário anual a partir de 07 de novembro de 2014; (iv) pelo



aumento de 3,0% no consumo de energia no ano. Em 2014, a receita de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos totalizou R\$50,2 milhões, enquanto a receita tratada como Obrigações Especiais para o combate às perdas somou R\$186,5 milhões.

### ***Custo de Operação***

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, os custos de bens e serviços vendidos pela Companhia foram de R\$7.970,1 milhões, um aumento de 30,4% quando comparado aos R\$6.110,9 milhões verificados em 2013. Tal variação foi causada, principalmente, pelo maior volume de compra de energia pela distribuidora, geradora e comercializadora.

Energia Elétrica Comprada para Revenda: O custo com energia elétrica comprada para revenda aumentou de R\$3.848,3 milhões em 2013 para R\$5.448,0 milhões em 2014, apresentando um crescimento de 41,6%. Essa linha foi influenciada pelo aumento nos custos com compra de energia pela geradora, comercializadora e, principalmente, distribuidora devido aos seguintes fatores: (i) aumento dos custos com risco hidrológico das cotas; (ii) contratação nos leilões por valores superiores aos preços cobertos pela tarifa; (iii) reajuste anual dos contratos; (iv) elevação do PLD médio de R\$272,3/MWh no 2013 para R\$690,0/MWh no 2014.

O custo médio de energia comprada, desconsiderando as compras no spot, foi de R\$156,3/MWh, em comparação a um custo médio de compra de energia total de R\$131,4/MWh em 2013, representando um aumento de 19,0%.

Material: No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, o custo com material foi de R\$24,2 milhões, representando um aumento de 56,2%, comparado ao custo de R\$15,5 milhões em 2013, explicado principalmente pela compra de



energia e gás carbônico para suprimento de projeto de cogeração por parte da Light ESCO Prestação de Serviços S.A.

Outras: No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, os outros custos de operação totalizaram R\$44,5 milhões, representando um crescimento de 6,7% quando comparado ao custo de R\$41,7 milhões de 2013.

### ***Despesas Operacionais***

Gerais e Administrativas: No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, as despesas gerais e administrativas da Companhia somaram R\$459,3 milhões, representando um crescimento de 5,4% em comparação aos R\$435,8 milhões apurados em 2013. Esse resultado é explicado pelo aumento de R\$36,2 milhões na conta de provisões para contingências, o que representa uma variação de 69,4% entre os períodos.

Com Vendas: No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, as despesas com vendas da Companhia totalizaram R\$238,53 milhões, uma queda de 12,2% quando comparada aos R\$271,6 milhões verificados em 2013. Um dos principais componentes desta linha são as Provisões para Crédito de Liquidação Duvidosa ("PCLD"), que, em 2014, representou 1,3% da receita bruta de faturamento de energia, totalizando R\$127,5 milhões, R\$30,8 milhões abaixo de 2013.

### Outras Receitas (Despesas) Operacionais

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, o saldo de outras receitas/despesas operacionais da Companhia foi uma despesa de R\$41,3 milhões em comparação a uma receita de R\$81,3 milhões em 2013. A linha de outras despesas operacionais apresentou um resultado em linha com 2013, sendo que seu principal componente é a baixa de ativos após desativação de projetos. Já a linha de outras receitas operacionais sofreu uma queda



significativa decorrente do reconhecimento, em 2013, de R\$124,8 milhões, referente ao Valor Novo de Reposição (VNR) após a homologação da nova Base de Remuneração Regulatória (BRR) durante a Revisão Tarifária de 2013.

### ***Resultado Antes de Receita e Despesa Financeira***

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, o resultado operacional da Companhia totalizou R\$1.260,3 milhões, 3,9% abaixo dos R\$1.311,3 milhões registrados em 2013. Tal crescimento foi influenciado pelo registro de outras despesas operacionais e também pelo baixo crescimento do lucro operacional bruto.

### ***Receitas (Despesas) Financeiras***

O resultado financeiro do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 foi negativo em R\$459,8 milhões, em comparação aos R\$453,8 milhões, também negativo, registrados em 2013.

Receitas: A receita financeira do ano, de R\$360,5 milhões, foi 6,6% maior que os R\$338,2 milhões alcançados no ano anterior, explicada: (i) pelo aumento de 16,6% nos juros sobre aplicações financeiras devido ao aumento do CDI entre 2013 e 2014, (ii) aumento de 55,1% na atualização a Valor Novo de Reposição (VNR) devido ao aumento no valor do ativo financeiro homologado pela Aneel na Revisão de 2013 e (iii) atualização de R\$37,0 milhões referente a um saldo que estava depositado em juízo que foi integralmente resgatado em dezembro de 2014.

Despesas: A despesa financeira do ano atingiu R\$820,3 milhões, com crescimento de 3,6% em relação aos R\$791,9 milhões apurados em 2013. Tal variação pode ser explicada (i) pelo aumento de encargos da dívida, em função do maior nível de alavancagem combinado com a elevação na taxa básica de juros; (ii) aumento de 13,3% na linha de variação cambial e monetária devido à



desvalorização do real diante do dólar, mitigado pelo resultado positivo do swap; e (iii) aumento na linha de atualização monetária de provisão pra contingências devido à variação na Selic média entre 2013 (8,29%) e 2014 (10,96%).

#### ***Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social***

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, o resultado antes do imposto de renda e contribuição social foi de R\$935,1 milhões, em face aos R\$852,1 milhões alcançados em 2013, representando um aumento de 9,7%.

#### ***Lucro do Período***

A Light S.A. registrou lucro líquido de R\$662,8 milhões em 2014, 12,9% maior que o lucro registrado em 2013 no montante de R\$587,3 milhões. Tal resultado é explicado principalmente pela contabilização do saldo da CVA na receita líquida por parte da distribuidora, e pela diluição da participação da Light Energia na Renova Energia. Ajustando o lucro líquido do ano de 2014 (i) pelo saldo da CVA acumulado até 31 de dezembro de 2014, após impostos, no montante de R\$220,5 milhões; e (ii) pela equivalência patrimonial de R\$143,2 milhões, o lucro líquido seria de R\$299,1 milhões em 2014, uma redução de 39,1% em relação ao lucro de R\$491,1 milhões no ano de 2013, também ajustado (i) pela CVA do período e (ii) pelo reconhecimento de R\$82,3 milhões referente ao Valor Novo de Reposição (VNR), após impostos, no ano.

## ANÁLISE DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS

	2014	% do Ativo total	2015	% do Ativo total	2015/2014
<b>Ativo Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	401.138	2,9%	447.441	3,0%	11,5%
Títulos e valores mobiliários	104.698	0,8%	74.682	0,5%	(28,7)%
Consumidores, concessionárias e permissionárias	1.380.679	10,1%	2.199.230	14,8%	59,3%
Estoques	33.967	0,2%	34.960	0,2%	2,9%
Tributos e contribuições	89.657	0,7%	90.443	0,6%	0,9%
Imposto de renda e contribuição social	30.556	0,2%	86.237	0,6%	182,2%
Parcela A e outros itens financeiros	577.458	4,2%	568.675	3,8%	100,0%
Despesas pagas antecipadamente	14.910	0,1%	24.958	0,2%	67,4%
Serviços prestados a receber	38.009	0,3%	23.597	0,2%	(37,9)%
Rendas a receber swap	1.557	0,0%	196.145	1,3%	12.497,6%
Outros créditos	282.623	2,1%	229.868	1,5%	(18,7)%
<b>Total do Circulante</b>	<b>2.955.252</b>	<b>21,7%</b>	<b>3.976.236</b>	<b>26,7%</b>	<b>34,5%</b>
<b>Ativo Não Circulante</b>					
Consumidores, concessionárias e permissionárias	211.547	1,6%	218.527	1,5%	3,3%
Tributos e contribuições	89.233	0,7%	85.939	0,6%	(3,7)%
Tributos diferidos	473.823	3,5%	496.891	3,3%	4,9%
Despesas pagas antecipadamente	-	0,0%	201	0,0%	0,0%
Parcela A e outros itens financeiros	536.712	3,9%	43.001	0,0%	100,0%
Ativo financeiro de concessão	2.446.443	17,9%	2.932.833	19,7%	19,9%
Depósitos vinculados a litígios	233.073	1,7%	240.304	1,6%	3,1%
Rendas a receber swap	209.734	1,5%	386.858	2,6%	84,5%
Outros créditos	2.786	0,0%	2.147	0,0%	(22,9)%
Investimentos	826.647	6,1%	749.645	5,0%	(9,3)%
Imobilizado	1.705.087	12,5%	1.709.633	11,5%	0,3%
Intangível	3.943.857	28,9%	4.059.205	27,2%	2,9%
<b>Total do não circulante</b>	<b>10.678.942</b>	<b>78,3%</b>	<b>10.925.184</b>	<b>73,3%</b>	<b>2,3%</b>
<b>Ativo Total</b>	<b>13.634.194</b>	<b>100,0%</b>	<b>14.901.420</b>	<b>100,0%</b>	<b>9,3%</b>

	2014	% do Passivo total	2015	% do Passivo total	2015/2014
<b>Passivo Circulante</b>					
Fornecedores	1.560.390	11,4%	1.449.642	9,7%	(7,1)%
Tributos e contribuições	253.571	1,9%	356.860	2,4%	40,7%
Imposto de renda e contribuição social	35.548	0,3%	15.262	0,1%	(57,1)%
Empréstimos, financiamentos e encargos financeiros	482.180	3,5%	1.629.166	10,9%	237,9%
Debêntures e encargos financeiros	97.657	0,7%	215.007	1,4%	120,2%
Rendas a pagar swap	14.490	0,1%	-	0,0%	(100,0)%
Dividendos e JCP a Pagar	157.422	1,2%	51.099	0,3%	(67,5)%
Obrigações estimadas	53.812	0,4%	54.478	0,4%	1,2%
Encargos regulatórios	58.978	0,4%	360.159	2,4%	510,7%
Benefício pós-emprego	123	0,0%	67	0,0%	(45,5)%
Outros débitos	210.601	1,5%	267.631	1,8%	27,1%
<b>Total do Circulante</b>	<b>2.924.772</b>	<b>21,5%</b>	<b>4.399.371</b>	<b>29,5%</b>	<b>50,4%</b>
<b>Passivo Não Circulante</b>					
Empréstimos, financiamentos e encargos financeiros	2.729.317	20,0%	2.547.976	17,1%	(6,6)%
Debêntures e encargos financeiros	3.273.147	24,0%	3.182.236	21,4%	(2,8)%
Rendas a pagar swap	2.280	0,0%	720	0,0%	(68,4)%
Tributos e contribuições	232.525	1,7%	183.183	1,2%	(21,2)%
Tributos diferidos	222.668	1,6%	268.147	1,8%	20,4%
Provisões	512.786	3,8%	541.434	3,6%	5,6%
Benefício pós-emprego	31.976	0,2%	37.189	0,2%	16,3%
Outros débitos	76.098	0,6%	76.101	0,5%	0,0%
<b>Total do não Circulante</b>	<b>7.080.797</b>	<b>51,9%</b>	<b>6.836.986</b>	<b>45,9%</b>	<b>(3,4)%</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>					
Capital Social	2.225.822	16,3%	2.225.822	14,9%	0,0%
Reservas de Lucro	1.090.697	8,0%	1.137.971	7,6%	4,3%
Ajuste de avaliação patrimonial	409.824	3,0%	390.317	2,6%	(4,8)%
Outros resultados abrangentes	(97.718)	(0,7)%	(89.047)	(0,6)%	(8,9)%
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>3.628.625</b>	<b>26,6%</b>	<b>3.665.063</b>	<b>24,6%</b>	<b>1,0%</b>
<b>Total do Passivo</b>	<b>13.634.194</b>	<b>100,0%</b>	<b>14.901.420</b>	<b>100,0%</b>	<b>9,3%</b>

## **Análise do Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2015 comparado a 31 de dezembro de 2014.**

Os comentários estão restritos aos itens que tenham apresentado alterações significativas, definidas como variação percentual superior a 5% para cima ou para baixo, no período analisado.



Nas contas do ativo, as principais variações observadas foram:

Caixa e equivalentes de caixa: Em 31 de dezembro de 2015, o montante era de R\$447,4 milhões, representando um aumento de 11,5% em relação ao valor de R\$401,1 milhões apurado em 31 de dezembro de 2014. Esse acréscimo ocorreu em função do aumento no caixa gerado pelas operações, principalmente em função dos reajustes da tarifa de energia.

Títulos e valores mobiliários: Em 31 de dezembro de 2015, o saldo de títulos e valores mobiliários era de R\$74,7 milhões, representando uma redução de 28,7% em relação ao saldo R\$104,7 milhões verificado em 31 de dezembro de 2014. Essa redução ocorreu pelo maior volume de resgates de aplicações para suprir a necessidade de caixa.

Consumidores, concessionárias e permissionárias (circulante e não circulante): Em 31 de dezembro de 2015, o saldo de consumidores, concessionárias e permissionárias era de R\$2.417,8 milhões, representando um aumento de 51,8% em relação ao saldo de R\$1.592,2 milhões verificado em 31 de dezembro de 2014. Esse crescimento pode ser explicado principalmente pelos recentes aumentos tarifários, que totalizaram 86% desde novembro de 2014, dos quais 56% ocorreram em 2015.

Tributos e contribuições (circulante e não circulante): Em 31 de dezembro de 2015, o valor de tributos e contribuições era de R\$176,4 milhões, ficando em linha quando comparado ao saldo de R\$178,9 milhões apurado em 31 de dezembro de 2014.

Imposto de renda e contribuição social (circulante e não circulante): Em 31 de dezembro de 2015, o valor de imposto de renda e contribuição social era de R\$86,2 milhões, representando um aumento de 182,2%, quando comparado ao valor de R\$ R\$30,6 milhões apurado em 31 de





dezembro de 2014, principalmente em função de créditos tributários que serão compensados em exercícios futuros.

Tributos diferidos: Em 31 de dezembro de 2015, o valor de tributos diferidos era de R\$496,9 milhões, representando uma redução de 4,9% quando comparado ao valor de R\$473,8 milhões apurado em 31 de dezembro de 2014. A variação se deu principalmente pelo aumento da base de prejuízo fiscal.

Parcela A e outros itens financeiros: Em 31 de dezembro de 2015, o valor da Parcela A e outros itens financeiros era de R\$611,7 milhões, representando uma redução de 45,1% quando comparado ao valor de R\$1.114,2 milhões apurado em 31 de dezembro de 2014. A redução se deu principalmente pelo recebimento do montante de R\$1.049,3 reconhecidos em 2014.

Ativo financeiro de concessões: Em 31 de dezembro de 2015, o valor do ativo financeiro de concessões era de R\$2.932,8 milhões, representando um aumento de 19,7%, quando comparado aos R\$2.446,4 milhões verificado em 31 de dezembro de 2014. Esse aumento ocorreu em função da Companhia ter efetuado investimentos relevantes na rede de distribuição durante o ano, que quando entram em serviço, impactam diretamente o saldo do ativo financeiro da concessão e pela alteração do índice de atualização do ativo financeiro indenizável homologado desde o último processo de revisão tarifária, de IGPM para IPCA.

Rendas a receber Swap (circulante e não circulante): Em 31 de dezembro de 2015, o valor das rendas a receber de swap era de R\$583,0 milhões, representando um aumento de 175,9%, quando comparado aos R\$211,3 milhões em 31 de dezembro de 2014, principalmente devido à elevação da taxa de câmbio em 2015, além de novas captações em moeda estrangeira no montante de R\$200,0 milhões, protegida por operação de swap cambial no mesmo montante.



Outros créditos (circulante e não circulante): Em 31 de dezembro de 2015, o saldo de outros créditos era de R\$232,0 milhões, representando uma redução de 18,7% em comparação ao saldo de R\$285,4 milhões em 31 de dezembro de 2014, principalmente em função da redução dos valores pagos como adiantamento a fornecedores.

Imobilizado: Em 31 de dezembro de 2015, o saldo de imobilizado era de R\$1.709,6 milhões, ficando em linha quando comparado ao saldo de R\$1.705,1 milhões em 31 de dezembro de 2014.

Intangível: Em 31 de dezembro de 2015, o saldo de intangível era de R\$4.059,2 milhões, ficando em linha quando comparado ao saldo de R\$3.943,9 milhões em 31 de dezembro de 2014.

Nas contas do passivo, as principais variações observadas foram:

Fornecedores: Em 31 de dezembro de 2015, o saldo total de fornecedores era de R\$1.449,6 milhões apresentando uma redução de 7,1%, em comparação com o valor de R\$1.560,4 milhões em 31 de dezembro de 2014. Essa redução se deve principalmente a um menor volume de energia comprada no âmbito CCEE para comercialização nos meses de novembro e dezembro de 2015.

Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (circulante e não circulante): Em 31 de dezembro de 2015, o saldo total de empréstimos, financiamentos e debêntures (incluindo encargos financeiros) era de R\$7.574,4 milhões, demonstrando um aumento de 15,1% em comparação ao valor de R\$ R\$6.582,3 milhões verificado em 31 de dezembro de 2014. Esse aumento se deve principalmente ao efeito de variação monetária na dívida de moeda estrangeira e ao montante captado ter superado as amortizações. As captações no exercício de 2015



totalizaram o montante de R\$850.955 milhões, enquanto as amortizações somaram R\$627.248 milhões.

Provisões: Em 31 de dezembro de 2015, o valor das provisões para contingências era de R\$541,4 milhões, representando aumento de 5,6%, quando comparado ao valor de R\$512,8 milhões registrado em 31 de dezembro de 2014. Esse aumento ocorreu principalmente pelas adições de provisões fiscais.

Benefícios pós-emprego (circulante e não circulante): Em 31 de dezembro de 2015, o valor devido a esse título era de R\$37,3 milhões, um aumento de 16,3% frente aos R\$32,1 milhões em 31 de dezembro de 2014. Esse aumento ocorreu por conta da atualização mensal do contrato a uma taxa de juros de IPCA+ 5,58%.

Outros débitos (circulante e não circulante): Em 31 de dezembro de 2015, o valor de outros débitos era de R\$343,7 milhões, um aumento de 19,9% frente aos R\$286,7 milhões em 31 de dezembro de 2014. Essa variação ocorreu em função do aumento do saldo de adiantamento de clientes e do montante a ser repassado para as prefeituras referente à Taxa de Iluminação Pública.

	2013	% do Ativo total	2014	% do Ativo total	2014/2013
<b>Ativo Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	546.429	4,2%	401.138	2,9%	(26,6)%
Títulos e valores mobiliários	1.244.000	9,6%	104.698	0,8%	(91,6)%
Consumidores, concessionárias e permissionárias	1.223.413	9,4%	1.380.679	10,1%	12,9%
Estoques	29.662	0,2%	33.967	0,2%	14,5%
Tributos e contribuições	105.821	0,8%	89.657	0,7%	(15,3)%
Imposto de renda e contribuição social	55.140	0,4%	30.556	0,2%	(44,6)%
Parcela A e outros itens financeiros	-	0,0%	577.458	4,2%	100,0%
Despesas pagas antecipadamente	15.800	0,1%	14.910	0,1%	(5,6)%
Dividendos e JCP a receber	234	0,0%	-	0,0%	(100,0)%
Serviços prestados a receber	29.811	0,2%	38.009	0,3%	27,5%
Rendas a receber swap	31.150	0,2%	1.557	0,0%	(95,0)%
Outros créditos	214.296	1,6%	282.623	2,1%	31,9%
<b>Total do Circulante</b>	<b>3.495.756</b>	<b>26,9%</b>	<b>2.955.252</b>	<b>21,7%</b>	<b>(15,5)%</b>
<b>Ativo Não Circulante</b>					
Consumidores, concessionárias e permissionárias	209.414	1,6%	211.547	1,6%	1,0%
Tributos e contribuições	88.777	0,7%	89.233	0,7%	0,5%
Tributos diferidos	622.835	4,8%	473.823	3,5%	(23,9)%
Parcela A e outros itens financeiros	-	0,0%	536.712	0,0%	100,0%
Ativo financeiro de concessão	1.926.226	14,8%	2.446.443	17,9%	27,0%
Depósitos vinculados a litígios	263.316	2,0%	233.073	1,7%	(11,5)%
Rendas a receber swap	110.064	0,8%	209.734	1,5%	90,6%
Outros créditos	2.786	0,0%	2.786	0,0%	0,0%
Investimentos	642.203	4,9%	826.647	6,1%	28,7%
Imobilizado	1.678.722	12,9%	1.705.087	12,5%	1,6%
Intangível	3.962.108	30,5%	3.943.857	28,9%	(0,5)%
<b>Total do não circulante</b>	<b>9.506.451</b>	<b>73,1%</b>	<b>10.678.942</b>	<b>78,3%</b>	<b>12,3%</b>
<b>Ativo Total</b>	<b>13.002.207</b>	<b>100,0%</b>	<b>13.634.194</b>	<b>100,0%</b>	<b>4,9%</b>



	2013	% do Passivo total	2014	% do Passivo total	2014/2013
<b>Passivo Circulante</b>					
Fornecedores	907.262	7,0%	1.560.390	11,4%	72,0%
Tributos e contribuições	115.102	0,9%	253.571	1,9%	120,3%
Imposto de renda e contribuição social	83.516	0,6%	35.548	0,3%	(57,4)%
Empréstimos, financiamentos e encargos financeiros	591.470	4,5%	482.180	3,5%	(18,5)%
Debêntures e encargos financeiros	51.030	0,4%	97.657	0,7%	91,4%
Rendas a pagar swap	-	0,0%	14.490	0,1%	100,0%
Dividendos e JCP a Pagar	32.019	0,2%	157.422	1,2%	391,7%
Obrigações estimadas	66.576	0,5%	53.812	0,4%	(19,2)%
Encargos regulatórios	62.884	0,5%	58.978	0,4%	(6,2)%
Benefício pós-emprego	1.224.736	9,4%	123	0,0%	(100,0)%
Outros débitos	183.867	1,4%	210.601	1,5%	14,5%
<b>Total do Circulante</b>	<b>3.318.462</b>	<b>25,5%</b>	<b>2.924.772</b>	<b>21,5%</b>	<b>(11,9)%</b>
<b>Passivo Não Circulante</b>					
Empréstimos, financiamentos e encargos financeiros	1.823.497	14,0%	2.729.317	20,0%	49,7%
Debêntures e encargos financeiros	3.349.314	25,8%	3.273.147	24,0%	(2,3)%
Rendas a pagar swap	-	0,0%	2.280	0,0%	100,0%
Tributos e contribuições	187.640	1,4%	232.525	1,7%	23,9%
Tributos diferidos	226.410	1,7%	222.668	1,6%	(1,7)%
Provisões	543.655	4,2%	512.786	3,8%	(5,7)%
Benefício pós-emprego	-	0,0%	31.976	0,2%	100,0%
Outros débitos	76.090	0,6%	76.098	0,6%	0,0%
<b>Total do não Circulante</b>	<b>6.206.606</b>	<b>47,7%</b>	<b>7.080.797</b>	<b>51,9%</b>	<b>14,1%</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>					
Capital Social	2.225.822	17,1%	2.225.822	16,3%	0,0%
Reservas de Lucro	565.614	4,4%	1.090.697	8,0%	92,8%
Proposta de Dividendos Adicionais	332.819	2,6%	-	0,0%	(100,0)%
Ajuste de avaliação patrimonial	429.498	3,3%	409.824	3,0%	(4,6)%
Outros resultados abrangentes	(76.614)	(0,6)%	(97.718)	(0,7)%	27,5%
Lucros acumulados	-	0,0%	-	0,0%	0,0%
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>3.477.139</b>	<b>26,7%</b>	<b>3.628.625</b>	<b>26,6%</b>	<b>4,2%</b>
<b>Total do Passivo</b>	<b>13.002.207</b>	<b>100,0%</b>	<b>13.634.194</b>	<b>100,0%</b>	<b>4,9%</b>

### **Análise do Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2014 comparado a 31 de dezembro de 2013.**

Os comentários estão restritos aos itens que tenham apresentado alterações significativas, definidas como variação percentual superior a 5% para cima ou para baixo, no período analisado.

Nas contas do ativo, as principais variações observadas foram:



Caixa e equivalentes de caixa: Em 31 de dezembro de 2014, o montante era de R\$401,1 milhões, representando uma redução de 26,6% em relação ao valor de R\$546,4 milhões apurado em 31 de dezembro de 2013. Essa redução ocorreu em função da queda no caixa gerado pelas operações, principalmente em função do aumento do custo com compra de energia da distribuidora.

Títulos e valores mobiliários: Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de títulos e valores mobiliários era de R\$104,7 milhões, representando uma redução de 91,6% em relação ao saldo de R\$1.244,0 milhões verificado em 31 de dezembro de 2013. Essa variação ocorreu pelo resgate dos recursos destinados a quitação do contrato de dívida com a Braslight, relacionado a benefício pós-emprego, no montante de R\$1.224,7 milhões, cuja dívida foi integralmente quitada no primeiro trimestre de 2014.

Consumidores, concessionárias e permissionárias (circulante e não circulante): Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de consumidores, concessionárias e permissionárias era de R\$1.592,2 milhões, representando um aumento de 11,1% em relação ao saldo de R\$1.432,8 milhões verificado em 31 de dezembro de 2013. Esse crescimento pode ser explicado principalmente pelo reajuste tarifário de 19,23% da controlada Light SESA, homologado em novembro de 2014.

Tributos e contribuições (circulante e não circulante): Em 31 de dezembro de 2014, o valor de tributos e contribuições era de R\$178,9 milhões, representando uma redução de 8,1% quando comparado ao valor de R\$194,6 milhões apurado em 31 de dezembro de 2013. O principal motivo dessa redução foi a utilização de créditos de PIS e COFINS da distribuidora.

Imposto de renda e contribuição social (circulante): Em 31 de dezembro de 2014, o valor de imposto de renda e contribuição social era de R\$30,6 milhões, representando uma redução de 44,6%, quando comparado ao valor de R\$55,1 milhões apurado



em 31 de dezembro de 2013, principalmente em função da diminuição do saldo das antecipações de IRPF e CSLL da distribuidora.

Tributos diferidos: Em 31 de dezembro de 2014, o valor de tributos diferidos era de R\$473,8 milhões, representando uma redução de 23,9% quando comparado ao valor de R\$622,8 milhões apurado em 31 de dezembro de 2013. A variação se deu principalmente pela realização do ativo diferido quando do reconhecimento do saldo da Parcela A e outros itens financeiros em dezembro de 2014.

Parcela A e outros itens financeiros (Circulante Não Circulante): Em 31 de dezembro de 2014, o valor da Parcela A e outros itens financeiros era de R\$1.114,2 milhões. Em 10 de dezembro de 2014, foi assinado o quarto termo aditivo ao contrato de concessão para distribuição pela Companhia, que assegurou o direito e o dever de que os saldos remanescentes de eventual insuficiência ou ressarcimento pela tarifa ao término de concessão serão acrescentados ou abatidos do valor da indenização, o que permitiu o reconhecimento dos saldos de tais ativos e passivos regulatórios.

Ativo financeiro de concessões: Em 31 de dezembro de 2014, o valor do ativo financeiro de concessões era de R\$2.446,4 milhões, representando um aumento de 27,0%, quando comparado aos R\$1.926,2 milhões verificado em 31 de dezembro de 2013. Esse aumento ocorreu em função da Companhia ter efetuado investimentos relevantes na rede de distribuição durante o ano, que quando entram em serviço, impactam diretamente o saldo do ativo financeiro da concessão.

Rendas a receber Swap (circulante e não circulante): Em 31 de dezembro de 2014, o valor das rendas a receber de swap era de R\$211,3 milhões, representando um aumento de 49,6%, quando comparado aos R\$141,2 milhões em 31 de dezembro de 2013, principalmente devido à elevação da taxa de câmbio em dezembro de 2014,



além da nova captação em moeda estrangeira no montante de R\$643,5 milhões, protegida por operação de *swap* cambial no mesmo montante.

Outros créditos (circulante e não circulante): Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de outros créditos era de R\$285,4 milhões, representando um aumento de 31,5% em comparação ao saldo de R\$217,1 milhões em 31 de dezembro de 2013, principalmente em função do registro nessa rubrica, do adiantamento referente ao contrato com a Landis+Gyr Equipamentos de Medição Ltda. (“Landis+Gyr”) para o fornecimento de equipamentos e prestação de serviços para automação de redes áreas e subterrâneas por um Sistema Integrado, utilizando Redes e Dispositivos Inteligentes na Distribuição (“Projeto Smart Grid”).

Imobilizado: Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de imobilizado era de R\$1.705,1 milhões, ficando em linha quando comparado ao saldo de R\$1.678,7 milhões em 31 de dezembro de 2013.

Intangível: Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de intangível era de R\$3.943,9 milhões, ficando em linha quando comparado ao saldo de R\$3.962,1 milhões em 31 de dezembro de 2013.

Nas contas do passivo, as principais variações observadas foram:

Fornecedores: Em 31 de dezembro de 2014, o saldo total de fornecedores era de R\$1.560,47 milhões apresentando um aumento de 72,0%, em comparação com o valor de R\$907,3 milhões em 31 de dezembro de 2013. Esse aumento se deve principalmente a um maior volume de energia comprada no âmbito CCEE para comercialização nos meses de novembro e dezembro de 2014, que foi impactado também pelos maiores preços de liquidação das diferenças (PLD) praticados no período.





Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (circulante e não circulante): Em 31 de dezembro de 2014, o saldo total de empréstimos, financiamentos e debêntures (incluindo encargos financeiros) era de R\$6.582,3 milhões, demonstrando um aumento de 13,2% em comparação ao valor de R\$5.815,3 milhões verificado em 31 de dezembro de 2013. Esse aumento se deve principalmente a captação da 10ª emissão de debêntures simples realizada em 2014 no valor de R\$750,0 milhões. As captações no exercício de 2014 totalizaram o montante de R\$1.992,8 milhões, enquanto as amortizações somaram R\$1.389,6 milhões.

Provisões: Em 31 de dezembro de 2014, o valor das provisões para contingências era de R\$512,8 milhões, representando redução de 5,7%, quando comparado ao valor de R\$543,7 milhões registrado em 31 de dezembro de 2013. Essa redução ocorreu principalmente pelas reversões de provisões cíveis.

Benefícios pós-emprego (circulante e não circulante): Em 31 de dezembro de 2014, o valor devido a esse título era de R\$32,1 milhões, uma redução de 97,4% frente aos R\$1.224,7 milhões em 31 de dezembro de 2013. Essa redução ocorreu por conta da quitação, em 13 de fevereiro de 2014, dos Instrumentos Particulares de Distrato dos Contratos para Equacionamento de Déficit Técnico, Refinanciamento das Reservas a Amortizar com a Braslight, no montante de R\$1.228.205, incluindo a atualização pelo CDI.

Outros débitos (circulante e não circulante): Em 31 de dezembro de 2014, o valor de outros débitos era de R\$286,7 milhões, um aumento de 10,3% frente aos R\$259,9 milhões em 31 de dezembro de 2013. Essa variação ocorreu em função do aumento do montante a ser repassado para as prefeituras referente à Taxa de Iluminação Pública.



## Fluxo de Caixa

	Em 31 de dezembro de	
	2015	2014
Caixa no Início do Período (1)	401,1	546,4
Caixa Gerado pelas Operações (2)	979,5	585,5
Atividade de Financiamento (3)	43,9	(986,3)
Atividade de Investimento (4)	(977,0)	255,5
Caixa no Final do Período (1+2+3+4)	447,4	401,1
<b>Variação no caixa</b>	<b>46,3</b>	<b>(145,3)</b>



## **Análise do Fluxo de Caixa em 31 de dezembro de 2015 comparado a 31 de dezembro de 2014**

Em 31 de dezembro de 2015, o caixa e equivalentes de caixa da Companhia somaram R\$447,4 milhões, frente aos R\$401,1 milhões verificados em 31 de dezembro de 2014. Essa redução é explicada pela diminuição do caixa gerado pelas atividades operacionais, principalmente em função do aumento do custo com compra de energia da distribuidora.

### Fluxos de Caixa de Atividades Operacionais

O caixa gerado nas atividades operacionais apresentou um aumento de 67,3%, variando de R\$585,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R\$979,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015. Essa variação pode ser explicada, principalmente, pelo recebimento dos recursos de Parcela A e outros ativos financeiros, no montante de R\$1.049,3 milhões.

### Fluxos de Caixa de Atividades de Investimento

O fluxo de caixa usado em atividades de investimento variou de R\$255,5 milhões gerados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R\$977,0 milhões aplicados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015. Essa variação pode ser explicada principalmente pela redução do montante resgatado de aplicações financeiras. Em 2014, esse montante foi afetado pelo resgate do saldo destinado à quitação do contrato de dívida relacionada a benefício pós-emprego.

### Fluxos de Caixa de Atividades de Financiamentos



O fluxo de caixa das atividades de financiamento passou de R\$986,3 milhões aplicados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 para um resgate de R\$43,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015. Essa variação é decorrente principalmente em função da amortização de dívida contratual no montante de R\$1.209,9 realizada no exercício de 2014.

	Em 31 de dezembro de	
	2014	2013 Reapresentado
Caixa no Início do Período (1)	546,4	230,4
Caixa Gerado pelas Operações (2)	585,5	1.419,4
Atividade de Financiamento (3)	(986,3)	1.034,1
Atividade de Investimento (4)	255,5	(2.137,5)
Caixa no Final do Período (1+2+3+4)	401,1	546,4
<b>Varição no caixa</b>	<b>(145,3)</b>	<b>316,0</b>



## **Análise do Fluxo de Caixa em 31 de dezembro de 2014 comparado a 31 de dezembro de 2013**

Em 31 de dezembro de 2014, o caixa e equivalentes de caixa da Companhia somaram R\$401,1 milhões, frente aos R\$546,4 milhões verificados em 31 de dezembro de 2013. Essa redução é explicada pela diminuição do caixa gerado pelas atividades operacionais, principalmente em função do aumento do custo com compra de energia da distribuidora.

### Fluxos de Caixa de Atividades Operacionais

O caixa gerado nas atividades operacionais apresentou uma redução de 58,8%, variando de R\$1.419,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 para R\$585,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014. Essa variação pode ser explicada, principalmente, pelo aumento de valores a receber de Parcela A e outros ativos financeiros em função do aumento do custo com compra de energia da distribuidora.

### Fluxos de Caixa de Atividades de Investimento

O fluxo de caixa usado em atividades de investimento variou de R\$2.137,5 milhões aplicados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 para R\$255,5 milhões gerados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014. Essa variação pode ser explicada principalmente pelo resgate da aplicação financeira destinada à quitação do contrato de dívida relacionada a benefício pós-emprego, no montante de R\$1.224,7 milhões.

### Fluxos de Caixa de Atividades de Financiamentos

O fluxo de caixa das atividades de financiamento passou de R\$1.034,1 milhões gerados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 para uma



aplicação de R\$986,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014. Essa variação é decorrente principalmente em função da amortização de dívida contratual com plano de pensão e da redução no fluxo de captações de empréstimos, financiamentos e debêntures.

### **10.3. Os diretores devem comentar:**

#### **10.2.a. resultados das operações do emissor, em especial:**

##### **10.2.a.i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita;**

No cenário setorial, assim como em 2014, se manteve desafiador em 2015 para as empresas do Setor Elétrico Brasileiro por conta da falta de chuvas no período úmido.

Os níveis dos reservatórios comprometidos, principalmente nas regiões do Sudeste e Centro-Oeste, impactaram em um preço da energia alto, causado pela necessidade da geração das usinas termoelétricas, que se mantiveram despachadas ao longo do ano.

Devido à condição hidrológica desfavorável, a partir de janeiro de 2015 entraram em vigor as “bandeiras tarifárias” para cobrir, as despesas previstas, incorridas pelas concessionárias de distribuição, em decorrência de: exposição involuntária no mercado de curto prazo, e despacho termoelétrico vinculado aos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado na modalidade por disponibilidade - CCEAR-D, Riscos Hidrológicos (Cotas e Itaipu) e gastos referentes à geração térmica com custo de combustível superior ao PLD. Os recursos provenientes das bandeiras foram revertidos à Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (CCRBT), criada pela Resolução Normativa 649/2015 da ANEEL. O repasse das distribuidoras à conta e vice-versa será realizado pelo resultado líquido entre as receitas faturadas e os custos passíveis de cobertura, como despesas com térmicas, ESS, exposição involuntária, entre outros.

Alem disso, conforme previsto nos contratos de concessão das distribuidoras, em casos de desequilíbrio econômico-financeiro nos contratos resultante de alterações nos custos não gerenciáveis, as concessionárias podem entrar com um pedido de Revisão Tarifária



Extraordinária. Com isso, em fevereiro, a Aneel aprovou um índice médio de reajuste tarifário extraordinário de 22,48% para a controlada Light SESA, vigente desde 02 de março de 2015, sendo que a percepção desse aumento para consumidores residenciais foi de 21,06%.

Em 2015 a receita líquida consolidada totalizou R\$10.647,3 milhões, 15,7% acima da registrada em 2014. E, desconsiderando a receita de construção, totalizou R\$9.710,5 milhões, representando um crescimento de 17,6%, devido ao aumento tarifário, a entrada do sistema de bandeiras tarifárias e da Conta Centralizadora de Recursos da Bandeira Tarifária (“CCRBT”).

#### Light S.E.S.A. - Distribuição:

Em 2015, a receita líquida da distribuidora, desconsiderando a receita de construção, somou R\$ 8.814,0 milhões, 20,4% acima da receita apurada em 2014, em função: (i) dos R\$ 926,5 milhões provenientes do sistema de bandeiras tarifárias faturados na área de concessão da Light SESA; (ii) do aporte de R\$ 545,0 milhões da Conta ACR referente às liquidações no mercado de curto prazo com competência de novembro e dezembro de 2014; (iii) do recebimento de R\$ 504,3 milhões oriundos da CCRBT (competência de janeiro a novembro de 2015); e (iv) dos aumentos médios das tarifas de 22,48% a partir de 02 de março de 2015 (revisão tarifária extraordinária) e de 16,78% a partir de 07 de novembro de 2015 (reajuste anual).

Em 2014, a receita líquida da distribuidora totalizou R\$ 8.248,9, 23,0% acima de 2013 e, desconsiderando a receita de construção, somou R\$ 7.308,3 milhões, 24,1% acima da receita apurada em 2013, explicado: (i) pelo reconhecimento da CVA na receita líquida a partir de dezembro de 2014 (desconsiderando o efeito da contabilização da CVA, o crescimento da receita líquida no ano seria de 6,8%); (ii) pelo aumento na receita não faturada; (iii) pelo reajuste tarifário anual a partir de 07 de novembro de 2014; (iv) pelo aumento de 3,0% no consumo de energia no ano. Em 2014, a receita de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos totalizou R\$ 50,2 milhões,



enquanto a receita tratada como Obrigações Especiais para o combate às perdas somou R\$ 186,5 milhões.

Em 2013, a receita líquida da Light S.E.S.A., R\$ 6.716,8 milhões, 1,5% acima de 2012 e desconsiderando a receita de construção, totalizou R\$ 5.896,5 milhões, 0,8% abaixo da registrada em 2012, em função principalmente, da combinação: (i) da redução de 19,63% das tarifas ocorrida em 24 de janeiro de 2013, pelo Reajuste Tarifário Extraordinário, (ii) do crescimento de consumo do mercado total de 2,9% e (iii) do aumento médio da tarifa de energia de 1,3% (expurgado o efeito das obrigações especiais), a partir de 7 de novembro de 2013, homologado pelo processo de Revisão Tarifária.

#### Light Energia - Geração:

Em 2015, a geradora obteve uma receita líquida de R\$ 567,9 milhões, queda de 2,7% em relação a 2014, devido ao menor volume de venda no mercado de curto prazo.

No ano de 2014, a geradora obteve uma receita líquida de R\$ 581,5 milhões, apresentando um crescimento de 7,7% em relação a 2013. Esse resultado pode ser explicado pela maior disponibilidade de energia vendida no mercado spot no primeiro trimestre de 2014, a um preço médio de R\$ 658,3/MWh.

Em 2013, a receita líquida foi de R\$ 558,7 milhões, 36,2% acima de 2012, devido principalmente ao maior preço e volume dos contratos de energia negociados no ACL, além do maior preço médio verificado no mercado spot.

#### Light Esco e Light Com - Comercialização:

Em 2015, a receita líquida totalizou R\$ 867,5 milhões, resultado 3,5% inferior ao registrado em 2014. A receita líquida de revenda de energia no ano foi 3,6% menor do que a receita alcançada em 2014, em função da redução de 3,4% no volume de comercialização com uma queda de 0,2% no preço médio de venda, líquido de impostos. O segmento de serviços apresentou em 2015 uma receita líquida 2,2% menor à registrada no ano passado.





Em 2014, a receita líquida totalizou 899,2 milhões, resultado 49,5% superior ao registrado em 2013. Esse efeito é decorrente do expressivo crescimento no volume de energia comercializada neste período, em função da realocação da energia descontratada pela Light Energia, que passou a ser negociada pela comercializadora a clientes finais.

Em 2013, a receita líquida foi de 601,7 milhões, 105,5% superior à receita verificada no mesmo período do ano passado. Esse efeito é decorrente do expressivo aumento no volume de energia comercializada combinado com o maior preço praticado neste trimestre, em função principalmente da realocação da energia descontratada da Light Energia no final do ano passado, no mercado livre.

No quadro abaixo segue a receita líquida, desconsiderando as eliminações, dos últimos 3 anos:

<b>Receita Líquida (R\$MM)</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
<b>Distribuição</b>	8.814,0	8.248,9	6.716,8
<b>Geração</b>	567,9	581,5	558,7
<b>Comercialização e Serviços</b>	867,5	899,2	601,7

#### **10.2.a.ii fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais**

As informações abaixo apresentadas referem-se a subsidiária integral da Companhia, Light SESA, que representa aproximadamente 85% do faturamento da Companhia.



### **Fornecimento de energia elétrica**

A tabela abaixo descreve o fornecimento de energia pela Light SESA, aos clientes cativos nas classes, residencial, industrial, comercial e outras, mostrando a evolução do consumo e faturamento dessas classes, desde 2012, e suas participações no faturamento total:

Classe de Clientes	2015			2014			2013		
	Consumo (GWh)	R\$ milhões	fornecimento de energia elétrica	Consumo (GWh)	R\$ milhões	fornecimento de energia elétrica	Consumo (GWh)	R\$ milhões	fornecimento de energia elétrica
Residencial	8.778	4.660,0	41,1	8.950	3.190,2	41,6	8.312	2.872,0	40,8
Industrial	1.274	484,8	6,0	1.396	332,8	6,5	1.395	294,2	6,8
Comercial	7.567	3.735,1	35,4	7.449	2.346,2	34,6	7.086	2.109,8	34,8
Outros	3.743	1.446,4	17,5	3.705	879,8	17,2	3.598	845,3	17,6
ICMS		3.621,8			2.373,3		-	2.194,9	
Fornecimento Não Faturado		224,6			104,7		-	(83,2)	
<b>Total</b>	<b>21.361</b>	<b>14.172,7</b>		<b>21.500</b>	<b>9.227,0</b>		<b>20.391</b>	<b>8.233,0</b>	<b>100,0</b>

### **Migração de Consumidores Livres**

Em 2015, 19,2% (5.085 GWh) da quantidade de energia elétrica distribuída pela Light SESA ao Mercado Cativo foi destinada a Consumidores Potencialmente Livres e em 2014, aproximadamente 18,8% (4.993 GWh).

Mesmo que um consumidor decida migrar do sistema de tarifas reguladas para se tornar um Consumidor Livre, a Companhia ainda fará jus ao recebimento de TUSD



pelo uso do sistema de distribuição (o que não afeta de modo relevante à rentabilidade da Companhia), podendo a Companhia devolver a energia às Geradoras de onde a energia foi adquirida, quando referente aos clientes potencialmente livres (demanda > 3 MW). Já os clientes especiais (demanda entre 500 e 3.000 kW), os quais vêm apresentando um crescimento considerável em volume de migrações, não podem ter seus montantes baixados do volume comprado.

### ***Inadimplência***

Historicamente, um percentual significativo do faturamento da Light SESA não é pago na data de vencimento e dá origem ao provisionamento na conta de Provisões para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD), de acordo com as práticas contábeis regulatórias do setor. A PCLD representou 1,8% e 1,3% da receita bruta de fornecimento de energia, respectivamente em 2013 e 2014. Em 2015, a PCLD foi de 1,0% da receita bruta de faturamento de energia, totalizando R\$153,2 milhões. Tal resultado foi R\$25,7 milhões superior ao registrado no ano passado.

O aumento é explicado principalmente pelos reajustes tarifários ocorridos desde novembro de 2014, totalizando aproximadamente 86% de aumento.

Após negociações, parte das faturas em aberto de um grande cliente do segmento poder público será assumida pelo Governo Estadual por meio de compensação do ICMS a pagar da Light S.E.S.A, no valor de R\$ 38,9 milhões. O restante da dívida, no valor de R\$ 35,1 milhões, está em fase final de negociação. Em relação à dívida do Governo Estadual, correspondente aos débitos em aberto de 2012 a 2014, o valor de R\$ 46,1 milhões foi parcelado em 36 vezes, sendo que duas parcelas, totalizando R\$ 2,6 milhões, foram apropriadas no 4T15. Os débitos em aberto do ano de 2015, no total de R\$ 97,3 milhões, estão em negociações avançadas.



### ***Perdas de Energia***

A Light SESA está sujeita a dois tipos de perda de eletricidade: perdas técnicas e perdas não técnicas. As perdas técnicas ocorrem no curso ordinário da distribuição de energia elétrica, enquanto perdas não técnicas resultam do furto de energia, bem como de fraude, medição errada e erros de emissão de contas. As perdas de energia acarretam a obrigação de a Companhia adquirir mais energia para fazer face às suas necessidades de distribuição, ocasionando um aumento dos custos de compra de energia para revenda.

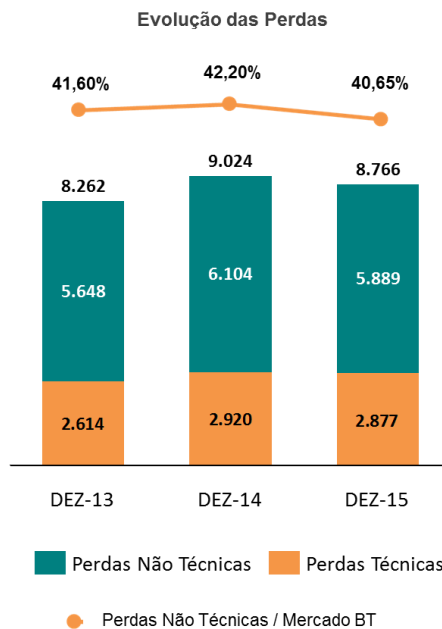
Com a conclusão da Audiência Pública nº 052/2007, em 25 de novembro de 2008, a Aneel modificou a metodologia de cálculo da taxa de perdas de energia regulatória, que é repassada aos consumidores. A nova metodologia adotada pela Aneel leva em consideração o índice de complexidade social, que permite diferenciar as áreas de concessão quanto a determinadas características socioeconômicas.

Com base nessa nova metodologia, as perdas não técnicas, calculadas anteriormente sobre a carga fio, passam a ser calculadas sobre o mercado de baixa tensão, considerando-se uma trajetória declinante até o fim do ciclo tarifário.

Em novembro de 2013, a Aneel aprovou o processo de Revisão Tarifária da Light SESA, determinando os novos valores de perdas não técnicas que serão reconhecidos ao longo do novo ciclo regulatório. Esse percentual será de 40,41% sobre o mercado de baixa tensão, constante ao longo do ciclo. O valor correspondente à diferença entre esse percentual e um referencial que parte de 31,37%, no início do ciclo, até atingir 29,69% em 2018, será investido no programa de combate a perdas da Companhia e tratado como Obrigações Especiais, fora da Base de Remuneração Regulatória. A evolução dos resultados do programa de combate a perdas será acompanhada pela Aneel, como condição para a manutenção do patamar de 40,41%. A Light conseguiu expressiva redução nas perdas de energia elétrica no ano de 2015. Comparativamente com o ano de 2014, a redução atingiu 1,5 p.p. Com isso, as perdas não técnicas totalizaram 5.889GWh no ano de 2015, representando 40,65% sobre a energia faturada no mercado de baixa tensão e 15,6% sobre a carga fio.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, as perdas não-técnicas totalizaram 6.104GWh, representando 42,2% sobre o mercado de baixa tensão, e 16,1% sobre a carga fio.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, as perdas não-técnicas totalizaram 5.648GWh, representando 41,6% sobre o mercado de baixa tensão, e 15,4% sobre a carga fio.



A partir do 4T15, a Companhia passa a apresentar os dados de perdas desconsiderando a variação da energia não-faturada e os clientes de baixa tensão no mercado livre, a fim de aproximar-se da metodologia utilizada pela Aneel para apuração dos dados. As informações históricas foram reapresentadas a fim de refletir esta alteração.



## **10.2.b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços**

As tarifas da Light S.E.S.A., subsidiária integral da Companhia, são determinadas de acordo com o Contrato de Concessão, regulamentação e decisões da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, que possui discricionariedade no exercício de suas atividades regulatórias. Os contratos de concessão das Distribuidoras e a lei brasileira determinam um mecanismo de teto tarifário que permite três tipos de ajustes tarifários: (1) reajuste periódico, que ocorre anualmente com vigência a partir 07 de novembro; (2) revisão periódica, que ocorre a cada cinco anos; e (3) revisão extraordinária. O reajuste anual periódico é realizado para repassar parte dos ganhos de produtividade, compensar efeitos da inflação e repassar aos consumidores certas mudanças nos custos estruturais das Distribuidoras que excedam seu controle, tais como o custo de compra e transmissão de energia e encargos regulatórios. Adicionalmente, a Aneel realiza uma revisão tarifária periódica, que no caso da Light S.E.S.A. ocorre a cada cinco anos, com o objetivo de analisar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. Na revisão tarifária são determinadas a receita necessária para cobertura dos custos operacionais eficientes e a remuneração adequada sobre os investimentos realizados, com prudência. As Distribuidoras também podem requerer uma revisão extraordinária, quando algum evento provocar significativo desequilíbrio econômico-financeiro. Também pode ser solicitada em casos de criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais, após a assinatura dos contratos de concessão, e desde que o impacto sobre as atividades das empresas seja devidamente comprovado.

### **Exercício Social 2015**

A Aneel aprovou no dia 05 de novembro de 2015, o índice de reajuste tarifário para a Light Serviços de Eletricidade S.A., constituído de dois componentes: o estrutural, que passa a integrar a tarifa, de 16,97%; e o financeiro, aplicado exclusivamente aos próximos 12 meses, de 7,95%. Considerando a retirada do componente financeiro presente atualmente nas tarifas



da Light, de 8,64%, os consumidores da Light SESA observaram um aumento médio em suas contas de luz de 16,78%. As novas tarifas entraram em vigor a partir de 7 de novembro de 2015.

Com relação à evolução dos resultados do programa de combate às perdas, o percentual de perdas não-técnicas a ser reconhecido na tarifa será mantido em 40,41% sobre o mercado de baixa tensão. O nível real de perdas não técnicas da Light SESA está em fase de apuração pela Aneel e o valor resultante desse processo poderá, se for o caso, ser considerado de forma retroativa no próximo reajuste tarifário anual.

#### **Exercício Social 2014**

A Aneel aprovou no dia 04 de novembro de 2014, o índice de reajuste tarifário para a Light Serviços de Eletricidade S.A., constituído de dois componentes: o estrutural, que passa a integrar a tarifa, de 14,54%; e o financeiro, aplicado exclusivamente aos próximos 12 meses, de 8,64%. Considerando a retirada do componente financeiro presente atualmente nas tarifas da Light, de 3,95%, os consumidores da Light SESA observaram um aumento médio em suas contas de luz de 19,23%. As novas tarifas entraram em vigor a partir de 7 de novembro de 2014.

#### **Exercício Social 2013**

Em 05 de novembro de 2013, a Aneel aprovou o reposicionamento tarifário da Light SESA, englobando todas as classes de consumo (residencial, industrial, comercial, rural e outras). Considerando o novo componente financeiro, aplicável exclusivamente aos próximos 12 meses, e a retirada do componente financeiro presente atualmente nas tarifas da Light SESA, os consumidores observarão um aumento médio em suas contas de luz de 3,65%, a partir de 7 de novembro de 2013.



### **10.2.c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante**

#### **Exercício Social 2015**

Os principais indexadores presentes no plano de negócios da Companhia são o IGP-M, IPCA, CDI, TJLP e taxa de câmbio (Dólar):

- IGP-M: parte da tarifa de distribuição de energia pertinente à Light Serviços de Eletricidade S/A está atrelada ao IGP-M.
- IPCA: a tarifa de boa parte dos contratos de geração de energia pertinente à Light Energia S/A está atrelada ao IPCA, inclusive 10,8% do endividamento total da Light S.A. está vinculado ao indexador.
- CDI: Todas as aplicações financeiras da Companhia e aproximadamente 72,8% do seu endividamento total estão atrelados ao CDI.
- TJLP: No final de 2013, 10,8% do endividamento da Companhia estava atrelado ao TJLP. Desse total, a maior parte é devido aos contratos de financiamento dos programas de investimentos e projetos da Companhia, firmados com o BNDES.
- Taxas de câmbio: Aproximadamente 29,7% do endividamento com terceiros da Companhia está denominado em moeda estrangeira, sendo 26,9% em dólar e 2,8% em euro. No entanto, a política para utilização de instrumentos de derivativos cambiais aprovada pelo conselho de administração determina a proteção do serviço da dívida (principal mais juros e comissões) denominado em moeda estrangeira a vencer em até 24 meses. Assim, descontando-se do percentual de dívidas denominadas em moeda estrangeira, o valor da posição de derivativos cambiais contratados em 31 de dezembro de 2015 (US\$ 546,4 milhões e € 50,0 milhões) chega-se a uma exposição cambial efetiva de 0,7%.
- Adicionalmente, a tarifa de compra de energia de Itaipu também é denominada em dólares, mas cujas variações são repassadas para a tarifa através do mecanismo da CVA.





### **Exercício Social 2014**

Os principais indexadores presentes no plano de negócios da Companhia são o IGP-M, IPCA, CDI, TJLP e taxa de câmbio (Dólar):

- IGP-M: parte da tarifa de distribuição de energia pertinente à Light Serviços de Eletricidade S/A está atrelada ao IGP-M.
- IPCA: a tarifa de boa parte dos contratos de geração de energia pertinente à Light Energia S/A está atrelada ao IPCA, inclusive 9,9% do endividamento total da Light S.A. está vinculado ao indexador.
- CDI: Todas as aplicações financeiras da Companhia e aproximadamente 71,6% do seu endividamento total estão atrelados ao CDI.
- TJLP: No final de 2013, 14,2% do endividamento da Companhia estava atrelado ao TJLP. Desse total, a maior parte é devido aos contratos de financiamento dos programas de investimentos e projetos da Companhia, firmados com o BNDES.
- Taxas de câmbio: Aproximadamente 22,2% do endividamento com terceiros da Companhia está denominado em moeda estrangeira, sendo 19,64% em dólar e 2,48% em euro. No entanto, a política para utilização de instrumentos de derivativos cambiais aprovada pelo conselho de administração determina a proteção do serviço da dívida (principal mais juros e comissões) denominado em moeda estrangeira a vencer em até 24 meses. Assim, descontando-se do percentual de dívidas denominadas em moeda estrangeira, o valor da posição de derivativos cambiais contratados em 31 de dezembro de 2014 (US\$491,4 milhões e €50,0 milhões), chega-se a uma exposição cambial efetiva de 0,45%.
- Adicionalmente, a tarifa de compra de energia de Itaipu também é denominada em dólares, mas cujas variações são repassadas para a tarifa através do mecanismo da CVA.

### **Exercício Social 2013**

Os principais indexadores presentes no plano de negócios da Companhia são o IGP-M, IPCA, CDI, TJLP e taxa de câmbio (Dólar):

- IGP-M: parte da tarifa de distribuição de energia pertinente à Light Serviços de Eletricidade S/A está atrelada ao IGP-M.



- IPCA: a tarifa de boa parte dos contratos de geração de energia pertinente à Light Energia S/A está atrelada ao IPCA, inclusive 10,9% do endividamento total da Light S.A. está vinculado ao indexador.
- CDI: Todas as aplicações financeiras da Companhia e aproximadamente 72,2% do seu endividamento total estão atrelados ao CDI.
- TJLP: No final de 2013, 15,0% do endividamento da companhia estava atrelado ao TJLP. Desse total, a maior parte é devido aos contratos de 48 financiamento dos programas de investimentos e projetos da companhia, firmados com o BNDES.
- Taxas de câmbio: Aproximadamente 14,6% do endividamento com terceiros da Companhia está denominado em moeda estrangeira, sendo 12,6% em dólar e 2,0% em euro. No entanto, a política para utilização de instrumentos de derivativos cambiais aprovada pelo conselho de administração determina a proteção do serviço da dívida (principal mais juros e comissões) denominado em moeda estrangeira a vencer em até 24 meses. Assim, descontando-se do percentual de dívidas denominadas em moeda estrangeira, o valor da posição de derivativos cambiais contratados em 31 de dezembro de 2013 (US\$296,9 milhões e €34,9 milhões), chega-se a uma exposição cambial efetiva de 1,40%.
- Adicionalmente, a tarifa de compra de energia de Itaipu também é denominada em dólares, mas cujas variações são repassadas para a tarifa através do mecanismo da CVA.

**10.4. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:**

#### **10.3.a. introdução ou alienação de segmento operacional**

Não há, no presente momento, decisão para introdução ou alienação futura de segmento operacional. Porém, a Administração está constantemente avaliando



os ativos da Companhia à luz dos potenciais retornos e das disponibilidades de curto prazo.

### **10.3.b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

- Em 12 de maio de 2011, a Parati S.A. – Participações em Ativos de Energia Elétrica (“Parati”), sociedade anônima detida pela Companhia Energética de Minas Gerais (“CEMIG”) e pelo Redentor Fundo de Investimento em Participações (“FIP Redentor”), adquiriu, do FIP PCP, 58.671.565 ações ordinárias, representativas de 54,08% do capital social total da Redentor, acionista indireta da Companhia, através de sua controlada RME - Rio Minas Energia Participações S.A., que detém 13,03% do capital da Companhia. Dessa forma, a Parati atingiu uma participação indireta de 7,05% do capital votante da Light, tendo o FIP Redentor atingido uma participação indireta de 5,29%.

- Em 07 de julho de 2011, a Parati, adquiriu da ENLIGHTED PARTNERS VENTURE CAPITAL LLC (“ENLIGHTED”) 100% das participações na Luce LLC (“Luce”), proprietária de 75% das quotas do FIP LUCE, o qual, por sua vez, é detentor indireto, através da LEPSA, de 26.576.149 (vinte e seis milhões, quinhentas e setenta e seis mil e cento e quarenta e nove) ações ordinárias de emissão da Companhia, representando, aproximadamente, 13,03% do seu capital total e votante. Com esta aquisição, a Parati, que já detinha, indiretamente, 7,05% do capital total e votante da Companhia, passou a deter, indiretamente, o equivalente a 16,82% do capital total e votante da Companhia.

- Em 29 de julho de 2011, a Parati adquiriu, da Braslight a totalidade de suas quotas, representativas de 25% remanescentes do total de quotas do FIP Luce.

- Desta forma a Parati passa a ser proprietária de 100% das quotas do Fip Luce. Com esta aquisição, a Parati, que já detinha, indiretamente, 16,82% do capital total e votante da Companhia, passou a deter, indiretamente, o equivalente a 20,08% do capital total e votante da Companhia.

- Em 03 de outubro de 2011, a Parati passou a deter 96,8% do capital total da Redentor, que por sua vez é detentora indireta, através da RME, de



26.576.150 ações ordinárias de emissão da Companhia, representando, aproximadamente, 13,03% do capital. Portanto, a Parati, considerando também suas outras participações indiretas, passa a deter 25,64% de participação indireta na Companhia.

- Em 18 de maio de 2012, a Companhia foi notificada pela Parati, acerca da extinção da sua controlada Luce. A Luce detinha 75% (setenta e cinco por cento) das quotas da FIP Luce, que por sua vez era detentor indireto, através da LEPSA de aproximadamente 13,03% (treze inteiros e três décimos por cento) do capital social total da Companhia. Desta forma, a Parati, que já detinha 25% (vinte e cinco por cento) das quotas do FIP Luce, passou a deter diretamente 100% (cem por cento) das quotas do FIP Luce e indiretamente 100% (cem por cento) das ações da LEPSA.

- Em 12 de julho de 2012, em Assembleia Geral de Cotistas, foi aprovada a liquidação do FIP Luce, a qual foi efetivada mediante a transferência da totalidade dos ativos que compunham a carteira do Fundo para seu cotista único: Parati. Dessa forma, a Parati passou a deter diretamente 100% (cem por cento) das ações da LEPSA e a participação no capital da Companhia permanece inalterada.

- Conforme divulgado em Fato Relevante da Companhia datado de 08 de agosto de 2013, a Light Energia S.A. (“Light Energia”), subsidiária integral da Companhia, aprovou naquela data a celebração de Acordo de Investimento com a RR Participações S.A. (“RR”), Cemig Geração e Transmissão S.A., (“Cemig GT”), Renova Energia S.A. (“Renova”) e Chiplely SP Participações S.A. (“Chiplely”), que tem por objeto disciplinar a entrada da Cemig GT no bloco de controle da Renova, bem como a aquisição pela Chiplely de parte ou totalidade das ações de emissão da Brasil PCH S.A. (“Brasil PCH”), nos termos do Contrato de Compra e Venda de Ações da Brasil PCH, celebrado entre Cemig GT e a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras (“Petrobras”), em 14 de junho de 2013 e cedido pela Cemig GT à Chiplely (“Acordo de Investimentos”). O fechamento de tal operação ocorreu em outubro de 2014, quando a participação da Light Energia no capital total da Renova Energia S.A. foi diluída de 21,9% para 15,9%, representando ganho de equivalência patrimonial para a Light Energia de R\$ 143 milhões.

- Em 24 de julho de 2014, a Companhia alienou a totalidade de sua participação no capital social de CR Zongshen E-Power Fabricadora de Veículos S.A. (“E-Power”), representativa de 20% do capital total da E-Power, para CR Zongshen Fabricadora de Veículos S.A. (“CR Zongshen”), pelo valor de R\$1.096.589,12 (um



milhão, noventa e seis mil, quinhentos e oitenta e nove reais e doze centavos), que deverá ser atualizado pelo IGP-M, acrescido de juros de 8% (oito por cento) ao ano até a data do efetivo pagamento, de forma que foi extinto o Acordo de Acionistas da E-Power celebrado entre a Companhia e a CR Zongshen, sem quaisquer obrigações remanescentes para as partes signatárias.

- Em 07 de maio de 2015 a Renova Energia anunciou Acordo de Contribuição de Valores Mobiliários, entre a Renova, a SE Emerging Markets Yield, Inc. ("TerraForm Global") e a SunEdison Inc. ("SunEdison") por meio do qual a Renova a se comprometia a contribuir determinados ativos operacionais na TerraForm Global. Em 15 de julho de 2015 foi anunciada a Fase II da operação, que compreendia outros ativos. Em 19 de setembro de 2015 ocorreu o fechamento de parte da primeira fase da operação com a TerraForm Global com relação os ativos operacionais eólicos dos projetos Bahia e Salvador, ficando pendente a contribuição dos projetos da Espira. Em 01 de dezembro de 2015, a Companhia foi notificada sobre o cancelamento da Fase II do seu Acordo com a TerraForm Global / SunEdison.

- Em 15 de julho de 2015, foi celebrado CCVA da Light Energia com a SunEdison, o qual estabelecia os termos e condições para alienação das 50.561.797 ações ordinárias, correspondentes a 15,87% do capital social total da Renova Energia. Nessa mesma data foi contratada uma instituição financeira para monetizar as ações. Em 10 de setembro de 2015, foi celebrado entre Light Energia e o BNDESPAR, contrato particular de opção de venda de ações da Renova Energia S.A. No dia 01 de dezembro, a Light Energia recebeu uma notificação, por parte da SunEdison, informando da rescisão do CCVA devido ao não cumprimento de uma das condições precedentes e a condições adversas do mercado. Foi automaticamente extinto, o Contrato Particular de Opção de Venda de Ações de Emissão da Renova Energia, entre a BNDES Participações S.A. - BNDESPAR e a Light Energia.

A Companhia informa que continua avaliando a alienação de sua participação de 15,87% na Renova Energia.

A Diretoria entende que as recentes transações estão alinhadas a estratégia de desalavancagem e reforço de caixa do grupo.



### **10.3.c. eventos ou operações não usuais**

Não houve eventos ou operações não usuais.

## **10.5. Os diretores devem comentar**

### **a) Mudanças significativas nas práticas contábeis**

Com a entrada em vigor, a partir de 1º de janeiro de 2015, do novo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – “MCSE”, emitido pela Aneel, a Administração optou por alinhar a apresentação da demonstração do resultado com esta orientação por entender que essa retrata mais adequadamente as operações da Companhia, embora não fosse requerida para fins societários. Seguem as reclassificações efetuadas com o intuito de alinhar o critério de apresentação com as melhores práticas das empresas do setor elétrico conforme orientação Aneel: (i) reclassificações entre custos operacionais e despesas gerais e administrativas, eliminando-se as despesas de vendas; (ii) a variação cambial, pelo seu faturamento, sobre energia comprada de Itaipu como despesa ou receita financeira, ao invés de apresentá-la como aumento ou redução do custo com energia comprada; (iii) a multa por violação de indicadores de continuidade (DIC/FIC) classificada como despesa operacional, anteriormente apresentada como despesa financeira; (iv) o encargo setorial CFURH - Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos como encargo do consumidor, apresentado na receita líquida, ao invés de apresentá-lo como custo operacional, apresentado como outros.

Para fins de comparabilidade, foram realizadas reclassificações nas demonstrações do resultado consolidado e na demonstração do valor adicionado (DVA) do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

### **b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis**

Na demonstração de resultado as reclassificações entre custos operacionais e despesas gerais e administrativas contra as despesas de vendas, gerou uma redução



nas despesas com venda R\$238.468 e um aumento de R\$100.153 e de R\$138.315 no custo da operação e nas despesas gerais e administrativas, respectivamente.

A reclassificação da variação cambial, pelo seu faturamento, sobre energia comprada de Itaipu, gerou uma redução na despesa de energia comprada de R\$16.658 e um aumento na despesa financeira de igual valor.

A reclassificação da multa por violação de indicadores de continuidade (DIC/FIC) gerou uma redução na despesa operacional de R\$33.928 e um aumento nas despesas gerais e administrativas, no mesmo valor.

A reclassificação das Taxas de fiscalização da Aneel gerou uma redução nas despesas gerais e administrativas de R\$11.548, e um aumento de mesmo valor na despesa com encargos do consumidor.

A reclassificação do encargo setorial CFURH - Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos como encargo do consumidor, gerou uma redução de R\$17.990 no custo da operação e um aumento, de mesmo valor, na despesa com encargos do consumidor.

**c) Ênfases presentes no parecer do auditor**

**2015:**

Ressalvas: Não há

Ênfases:

Conforme mencionado na nota explicativa nº 3, em decorrência das reclassificações descritas na referida nota explicativa, os valores correspondentes, referentes às demonstrações consolidadas do resultado e do valor adicionado (informação suplementar), para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro e a IAS 8 - Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors e CPC 26(R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis e a IAS 1 - Presentation of Financial Statements. Na opinião da auditoria não contém modificação relacionada a esse assunto.

Em 28 de março de 2016, a auditoria emitiu relatório de auditoria com ressalva sobre as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Companhia, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, em função de não ter obtido evidências de auditoria suficientes em relação ao investimento detido pela Companhia na Amazônia Energia S.A. (que possui investimento na Norte Energia S.A.), avaliado pela equivalência patrimonial, em decorrência da não finalização da investigação conduzida pela acionista Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras (“Eletrobras”) na Norte Energia S.A. Conforme mencionado nas notas explicativas nº 2 e 12 às demonstrações financeiras, essas estão sendo reapresentadas nessa data para refletir os ajustes identificados pela Administração e divulgações requeridas (i) após a investigação conduzida pela Eletrobras na Norte Energia S.A. e conforme previsto no IAS 8 / CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e (ii) eventos subsequentes ocorridos entre a data base dessas demonstrações financeiras e a data de aprovação para reapresentação dessas demonstrações financeiras. A opinião da auditoria não contém modificação relacionada a este assunto.

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 2 e 12 às demonstrações financeiras, a Companhia possui investimento indireto na Norte Energia S.A. que totaliza R\$169.886 mil em 31 de dezembro de 2015 (R\$138.631 mil em 31 de dezembro de 2014) e resultado negativo de equivalência patrimonial que totaliza R\$6.220 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (R\$2.175 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2014). Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal





que envolvem outros acionistas da Norte Energia S.A. e determinados executivos desses outros acionistas. A opinião da auditoria não está modificada em relação a esse tema.

Sem modificar a opinião da auditoria, conforme descrito na nota explicativa nº 42 (Eventos subsequentes) às demonstrações financeiras, a controlada em conjunto indireta Renova Energia S.A. – “Renova” apresentava em 30 de setembro de 2016: (i) excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes e (ii) necessidade de obtenção de capital para cumprir com os compromissos de construção dos parques eólicos e solares. Essas condições indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade operacional da Renova e de suas controladas.

#### **2014:**

Ressalvas: Não há

Ênfases:

Em função da mudança de critério de apresentação da amortização da dívida contratual com o plano de pensão na demonstração dos fluxos de caixa, os saldos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram ajustados e reapresentados, para fins de comparação. A Administração entende que a ênfase é adequada em função da alteração dos fluxos de caixas comparativos para refletir melhor a natureza da operação.

Foi incluída também uma ênfase com o objetivo de chamar a atenção para o registro feito pela controlada Light SESA, referente aos recebimentos provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), que foram contabilizados como redução do custo de energia comprada no exercício de 2014. A Administração concorda que os recursos provenientes da CDE tiveram impacto significativo no resultado do exercício de 2014, que contribuíram para reduzir o efeito dos maiores custos com compra de energia ocasionada principalmente acionamento de usinas térmicas e pela exposição involuntária da distribuidora de energia.



**2013:**

Ressalvas: Não há

Ênfases:

Em função das mudanças nas políticas contábeis, os saldos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foram ajustados e reapresentados, para fins de comparação.

Foi incluída também uma ênfase com o objetivo de chamar a atenção para o registro feito pela controlada Light SESA, referente aos recebimentos provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), já homologados pela ANEEL, que foram contabilizados como redução do custo de energia comprada no exercício de 2013.

Adicionalmente, foi mantida a ênfase de que os investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais, conforme práticas contábeis adotadas no Brasil, enquanto, em IFRS, seriam avaliados pelo custo ou valor justo.

**10.6. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros**

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Segue abaixo a descrição das principais práticas contábeis utilizadas pela Administração da Companhia, enfatizando principalmente as relacionadas às estimativas e julgamentos.

**a. Consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes**

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é registrada com base em estimativas da Administração em valor suficiente para cobrir prováveis perdas. Os principais critérios definidos pela Companhia para os consumidores são: (i) consumidores com valores significativos, uma análise é feita do saldo a receber levando em conta o histórico de recuperação da Companhia, as negociações em andamento e as garantias reais; (ii) para os outros consumidores, os débitos vencidos há mais de 90 dias para consumidores residenciais, mais de 180 dias para os consumidores comerciais, ou mais de 360 dias para os demais consumidores, 100% do saldo é provisionado. Tais critérios estão de acordo com aqueles estabelecidos pela Aneel.



A Administração acompanha mensalmente o saldo de contas em atraso e os indicadores da taxa de arrecadação do contas a receber da Companhia.

**b. Parcela A e outros itens financeiros**

A partir da assinatura do aditivo ao contrato de concessão de distribuição ocorrida em dezembro de 2014, que garantiu que os saldos da parcela A e outros itens financeiros não recuperados ou ressarcidos pela tarifa serão incorporados no cálculo da indenização ao término da concessão, a Companhia efetuou o reconhecimento do montante desses saldos que deverão ser incluídos nos próximos reajustes tarifários em contrapartida à receita. A Parcela A e outros itens financeiros são mensurados ao valor justo no reconhecimento inicial e classificados como empréstimos e recebíveis. Após o reconhecimento inicial, a atualização dos ativos ou passivos relacionados a este item é reconhecida no resultado financeiro. Quando o montante é faturado aos consumidores, a parcela correspondente é amortizada do saldo de ativo ou passivo em contrapartida à receita.

O cálculo é realizado com base nos critérios e premissas definidos pela Aneel, baseado nos custos efetivamente incorridos, sendo que parte do valor já foi inclusive homologada pelo órgão regulador.

**c. Imobilizado**

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear, em contrapartida ao resultado do exercício, baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Para a maior parte do imobilizado, a vida útil econômica estimada dos ativos está alinhada com aquelas estabelecidas pela Aneel, e os terrenos não são depreciados. Para os ativos imobilizados que não possuem garantia de indenização, como no caso dos ativos da Lightger, Lajes Energia e Renova Energia, os itens são depreciados pelo método linear até o limite da autorização ou concessão ou depreciados pela vida útil do bem, dos dois, o menor, inclusive os terrenos.



Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Eventuais ajustes nos métodos de depreciação, nas vidas úteis ou nos valores residuais são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

As vidas úteis são condizentes com estudos elaborados pela Aneel para fins de avaliação da vida útil dos bens aplicáveis ao setor elétrico.

**d. Ativo intangível**

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em função das vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso ou para geração dos benefícios econômicos associados.

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado como mudança de estimativas contábeis.

As vidas úteis são condizentes com estudos elaborados pela Aneel para fins de avaliação da vida útil dos bens aplicáveis ao setor elétrico.

**e. Redução ao valor recuperável (Impairment)**

**i. Ativos financeiros (incluindo recebíveis)**

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em



outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

#### Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similar.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas, face às condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.



A Administração não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução dos ativos financeiros ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 além da provisão para créditos de liquidação duvidosa e do ajuste a valor presente de recebíveis.

ii. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado todo ano.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa (UGC) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (UGC).

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.



**f. Benefícios a empregados**

**Planos de benefício definido**

A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente, para cada plano, através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferirão como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores; aquele benefício é descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado, na data das demonstrações financeiras, para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos.

As demais premissas são baseadas em estudos de efetividade, como por exemplo, a tabela de mortalidade de cada plano, ou em estimativas com base em histórico ou em relatórios de expectativas externos, como aumento de salários acima da inflação e taxa de inflação futura.

O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado, através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano na Companhia. Um benefício econômico está disponível à Companhia se for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial é o maior valor entre a dívida pactuada com a Fundação de Seguridade Social Braslight para a amortização das obrigações atuariais e o valor presente da obrigação atuarial líquida.





Os custos de patrocínio do plano de pensão e eventuais superávits ou déficits do plano são reconhecidos imediatamente no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria são reconhecidos imediatamente no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes e não são transferidos para lucros ou prejuízos acumulados.

**g. Provisões**

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação legal ou presumida que possa ser estimada de maneira confiável como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e dos fluxos de caixa futuros esperados. Uma provisão para riscos é constituída mediante avaliação e quantificação das ações, cuja probabilidade de perda é considerada provável na opinião da Administração e de seus assessores legais.

**h. Reconhecimento de receitas**

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos impostos e dos eventuais descontos incidentes sobre a receita.

i. Receita de venda de energia

A receita não faturada é reconhecida com base em histórico de consumo, associado a medições de fronteira a cada final de mês.

ii. Receita de serviços



A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações financeiras. O estágio de conclusão é avaliado por referência a pesquisas de trabalhos realizados.

iii. Parcela A e outros itens financeiros – Receita não faturada

A receita de Parcela A e outros itens financeiros é reconhecida no resultado quando os custos efetivamente incorridos forem diferentes daqueles incorporados à tarifa de distribuição de energia.

i. **Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício, corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável, excedente de R\$240, para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro ou a receber esperado no caso de antecipações que excedam o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.



O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação, assim como em relação a saldos existentes e recuperáveis de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada com relação a todos os períodos fiscais em aberto, baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levaria a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis, não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

**j. Determinação do ajuste a valor presente**

Os itens sujeitos ao desconto a valor presente são Consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes. A Companhia realizou cálculo do valor presente para os saldos com prazos de pagamento superiores a 180 dias. A taxa de desconto utilizada pela Administração para o desconto a valor



presente para esses itens é de aproximadamente 12,0% a.a., semelhante ao custo médio de captação da Companhia nos últimos anos e ao encargo financeiro cobrado de seus clientes. A taxa de juros imputada em uma transação de venda é determinada no momento do registro inicial da transação e não é ajustada posteriormente.

**10.7. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:**

**10.6.a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:**

**10.6.a.i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**

**10.6.a.ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos**

**10.6.a.iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**

**10.6.a.iv. contratos de construção não terminada**

**10.6.a.v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

A Companhia não possui ativos ou passivos que não estejam refletidos no Formulário de Referência ou nas demonstrações financeiras e suas notas explicativas.



#### **10.6.a.v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

A Companhia não possui ativos ou passivos que não estejam refletidos no Formulário de Referência ou nas demonstrações financeiras e suas notas explicativas.

#### **10.6.b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

#### **10.8. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:**

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

#### **10.7.a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Conforme mencionado no item 10.6 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

#### **10.7.b. natureza e o propósito da operação**

Conforme mencionado no item 10.6 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras



**10.7.c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Conforme mencionado no item 10.6 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

**10.9. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:**

**10.8.a. investimentos, incluindo:**

**10.8.a.i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**

Os principais investimentos da Companhia nos últimos anos têm sido destinados à manutenção e ao aprimoramento da rede de distribuição, aos projetos de geração e ao combate as perdas não técnicas de suas controladas concessionárias de energia.

A tabela a seguir apresenta os investimentos da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2014 e 2015:

<b>Período</b>	<b>Exercício Social encerrado em dezembro em 2015</b>	<b>Exercício Social encerrado em dezembro em 2014</b>	<b>Exercício Social encerrado em dezembro em 2013</b>
<b>Investimento (R\$MM)</b>	892,9	1.054,0	845,0
<b>Aportes</b>	51,0	52,8	92,3
<b>Total</b>	943,9	1.106,9	937,2



No ano de 2015, o total investido pela Light somou R\$ 943,9 milhões, 14,7% abaixo do investido em 2014.

O segmento de distribuição concentrou o maior volume, R\$ 773,9 milhões (representando 86,7% do investimento total), apresentando uma redução de 17,0% frente ao valor investido no ano de 2014. Dentre os investimentos realizados, se destacam: (i) o desenvolvimento de redes de distribuição e expansão, num montante de R\$ 408,2 milhões, com o intuito de atender ao crescimento de mercado, aumentar a robustez da rede e melhorar a qualidade, dos quais R\$ 56,3 milhões foram destinados a investimentos específicos para as Olimpíadas nesse período, (ii) o avanço no projeto de combate às perdas de energia (blindagem de rede, sistema de medição eletrônica e regularização de fraudes), no qual foi investido o montante de R\$ 358,9 milhões.

A Companhia planeja investir aproximadamente R\$929,1 milhões em 2016. Dos investimentos totais orçados para este período, R\$ 708,9 milhões destinam-se a Light SESA (distribuição), R\$ 70,5 milhões para investimentos em outras subsidiárias integrais e R\$ 149,8 milhões como aportes nas participações societárias, conforme orçamento de capital apresentado neste documento.

#### **10.8.a.ii. fontes de financiamento dos investimentos**

A Companhia financia seus projetos de investimento com sua geração própria de caixa e através de linhas de financiamento do BNDES (quando elegível) e/ou demais instrumentos de captação dos mercados de capitais.

#### **10.8.a.iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**

Tendo em vista a rescisão do CCVA (Contrato de Compra e Venda das Ações da Light Energia com a SunEdison, o qual estabelecia os termos e condições para alienação das 50.561.797 ações ordinárias detidas pela Light Energia na Renova Energia), a Companhia, coerente com sua estratégia traçada, continuará avaliando a alienação da sua participação de 15,87% no capital da



Renova e manterá o mercado informado quanto aos fatos a ele relacionados.

**10.8.b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor**

No momento, não há decisão para aquisição de plantas, equipamentos ou patentes que possam influenciar materialmente a sua capacidade produtiva.

**10.8.c. Novos produtos e serviços, indicando:**

**10.8.c.i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**

O programa de Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) é elaborado de acordo com a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, que define a obrigatoriedade das concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica e das geradoras de energia elétrica em investir 0,4% e 0,2%, respectivamente, da sua Receita Operacional Líquida em projetos de P&D, a Resolução Aneel nº 271 de 19 de julho de 2000, e conforme manual aprovado pela Resolução Aneel nº 504 de 14 de Agosto de 2012.

**10.8.c.ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Durante o ano de 2014, o programa de P&D teve um gasto total de R\$12,7 milhões, sendo R\$12,0 milhões pela Light S.E.S.A. e R\$0,7 milhões pela Light Energia. Esses gastos incluem projetos de pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços e gastos com a gestão do programa de P&D.





### **10.8.c.iii projetos em desenvolvimento já divulgados**

Em continuidade aos projetos de pesquisa, e observando a mesma diretriz a eles aplicada, durante o ano de 2015 houve o desenvolvimento de 9 projetos novos na LIGHT S.E.S.A. e 1 na Light Energia. Também estiveram em execução, 28 projetos de P&D pela Light S.E.S.A. nesse ano, sendo que 14 foram concluídos em 2015.

Dentre os principais projetos de novos produtos e serviços que já estão na fase de desenvolvimento industrial, destaca-se o (a) Desenvolvimento Experimental do software SIMULIGHT, (b) Lote pioneiro dos revestimentos protetores de poste de madeira, (c) Cabeça de Serie do Sistema de Supervisão de Comutadores de Transformadores de Potencia, (d) Cabeça de Serie e Dispositivo de Bloqueio e Alarme por Fraude em medidores.

### **10.8.c.iv montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Os projetos de 2015 em andamento da Light S.E.S.A. tiveram, do total do investimento, cerca de 65% de gastos em Projetos na fase de Pesquisa Aplicada, 4% de gastos na fase Desenvolvimento Experimental, 23% de gastos na fase de Cabeça de Série e 8% em Projetos na fase de Lote Pioneiro.

Os projetos de P&D de 2015 da Light Energia estavam em andamento dando sequência a etapas da cadeia de Inovação. Da carteira de Projetos em andamento tiveram do total do investimento, cerca de 93% de gastos em Projetos na fase de Pesquisa Aplicada e 7% de gastos na fase Desenvolvimento Experimental.



**10.10. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.**

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

**10.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.**

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.



## ANEXO VI

### **Modelo de Procuração**

Pelo presente instrumento, [*Acionista – qualificação completa*], com sede/domicílio na [*endereço do acionista*] (“Outorgante”), neste ato nomeia e constitui, como seu(s) bastante(s) procuradore(s), o Sr. [*nome do outorgado, qualificação completa, indicação do documento de identidade e CPF*], residente e domiciliado [*endereço completo*] (“Outorgado”), ao qual confere poderes específicos para representar a Outorgante na Assembleia Geral Extraordinária da Light S.A. (“Companhia”), a ser realizada, em primeira convocação, em [*Data da Assembleia*], e se necessário em segunda convocação em data a ser informada oportunamente, na sede social da Companhia, localizada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. Marechal Floriano, nº 168, Centro, podendo examinar, discutir e votar em seu nome, em conformidade com as orientações estabelecidas abaixo, acerca das matérias constantes da Ordem do Dia, e ainda, assinar o Livro de Presença de Acionistas da Light S.A. e a respectiva Ata da Assembleia Geral. O Outorgado fica autorizado a se abster em qualquer deliberação ou assunto para o qual não tenha recebido, a seu critério, orientações de voto suficientemente específicas, em conformidade com o estabelecido abaixo:

Ordem do dia:

Proposta de reforma do Estatuto Social da Light S.A.

( ) a favor ( ) contra ( ) abstenção

Este instrumento é válido por [\_\_\_\_], a partir da data de sua assinatura.

[LOCAL] e [DATA].

[Acionista]